

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ANA PAULA LONDE SILVA

CRÍTICA E REFORMULAÇÃO DA CEPAL:
UM ESTUDO DA VERTENTE REFORMISTA DA TEORIA DA
DEPENDÊNCIA

Belo Horizonte

2015

Ana Paula Londe Silva

Crítica e reformulação da Cepal:
um estudo da vertente reformista da Teoria da Dependência

Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, no segundo semestre de 2015, como requisito para obtenção de grau.

Orientador: Alexandre Mendes Cunha

Assinatura do orientador

Alexandre Mendes Cunha

Belo Horizonte

2015

Ana Paula Londe Silva

Crítica e reformulação da Cepal:
um estudo da vertente reformista da Teoria da Dependência

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências Econômicas, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em ____ / ____ / ____, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

CONCEITO:

Prof.
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof.
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Alexandre Mendes Cunha (Orientador)
Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo estudar a vertente “reformista” da teoria da dependência, tendo em vista o contexto de crítica e reformulação da Cepal. Para tanto serão apresentadas, inicialmente, as discussões acerca dos limites da industrialização por substituição de importações, as críticas às proposições cepalinas clássicas e o florescimento das abordagens com enfoque na dependência. Em seguida serão analisados textos escritos entre o final dos anos 1960 e início dos anos 1970 pelos principais autores reformistas – Osvaldo Sunkel, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, atentando para a re colocação do estudo do subdesenvolvimento e desenvolvimento na temática da dependência. Por fim será apresentada uma análise comparativa entre esses autores a fim de entender em que medida seus estudos sobre a dependência possibilitaram ir além das formulações cepalinas clássicas a partir de novas perspectivas.

Palavras-chave: Dependência, desenvolvimento, subdesenvolvimento, Cepal, vertente reformista da teoria da dependência.

Abstract

This research aims to study the "reformist" approach of the dependency theory, taking into account the context of criticism and reformulation of the ECLA. For this purpose it will be presented initially the discussions about the limitations of the import substitution industrialization, the critics to the classical ECLA proposals and the flourishing of the approaches focused on dependency. Then, the texts written between the late 1960s and early 1970s by the main reformist authors - Osvaldo Sunkel, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso and Enzo Faletto, will be analyzed, paying close attention to the relocation of the underdevelopment and development studies in the subject of dependency. Finally, a comparative analysis between these authors will be presented in order to understand if their approaches allowed to move beyond the classical ECLA's formulations through new perspectives.

Keywords: *Dependency, development, underdevelopment, ECLA, the reformist approach of the dependency theory.*

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	5
2	CRÍTICA À CEPAL E EMERGÊNCIA DAS ANÁLISES COM ENFOQUE NA DEPENDÊNCIA.....	6
2.1	Os limites da industrialização por substituição de importações e as críticas à Cepal. .7	
2.2	Uma nova agenda de discussão na Cepal.....	12
2.3	A teoria da dependência.....	14
3	A VERSÃO REFORMISTA DA DEPENDÊNCIA.....	19
3.1	Oswaldo Sunkel: integração transnacional e desintegração nacional como manifestações da dependência.....	21
3.2	Celso Furtado: dependência cultural e tecnológica.....	25
3.3	Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto: uma análise das situações concretas de dependência.....	33
4	O ENFOQUE DA DEPENDÊNCIA COMO REFORMULAÇÃO DA CEPAL.....	37
4.1	Recolocação da problemática do desenvolvimento e subdesenvolvimento em termos da dependência.....	39
4.2	Para além da reformulação?.....	42
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	48

1 INTRODUÇÃO

As diversas manifestações da dependência nos países latino-americanos permeiam os estudos acerca de seu subdesenvolvimento e desenvolvimento. Embora os termos “país dependente” e “dependência” apareçam em contextos variados ao longo da história das ideias, apenas em meados dos anos 1960 esses conceitos ganham uma definição clara e são integrados em teses que oferecem interpretações alternativas do processo de desenvolvimento em curso na América Latina. Assim, adota-se como ponto de partida deste trabalho a emergência do que se convencionou chamar de “teoria da dependência” na produção intelectual latino-americana.

O surgimento do movimento teórico supracitado está relacionado ao contexto socioeconômico dos anos 1960, marcado em grande medida pela descrença na industrialização como condição necessária para a superação do subdesenvolvimento, e às críticas ao receituário industrializante proposto pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal). Tendo em vista que avanço da industrialização substitutiva na América Latina deu novos contornos à dependência e engendrou em desemprego, subemprego, marginalização, empobrecimento da população, etc., esses anos marcam um momento de reflexão teórica sobre o desenvolvimento em curso na periferia do capitalismo.

Essa reflexão foi permeada, dentre outros aspectos, pela emergência das abordagens com enfoque na dependência. A teoria da dependência, que combina o estruturalismo cepalino com o instrumental marxista a fim de entender as possibilidades do desenvolvimento capitalista na América Latina, pode ser dividida em vertentes ou correntes de pensamento. Para os fins deste trabalho serão consideradas duas correntes de pensamento nos estudos da dependência: uma “radical/marxista” e uma “reformista”, conforme divisão proposta por Kay (1989) e Love (1998). Entre os dependistas radicais estão intelectuais marxistas de grande renome como André Gunder Frank, Rui Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, dentre outros. Entre os reformistas estão intelectuais como Celso Furtado, Osvaldo Sunkel, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, etc., muitos dos quais estiveram em contato com a Cepal nos anos 1950 e/ou 1960.

O presente trabalho tem por objetivo discutir a emergência das análises da dependência na América Latina, dando especial atenção para sua vertente “reformista”. Este estudo procura interpretar textos escritos entre o final dos anos 1960 e início dos anos 1970 pelos autores “reformistas” supracitados, buscando entender como a análise da dependência é incorporada à discussão sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento por autores que

carregam alguma ligação com a escola estruturalista. Ademais, será discutida em que medida a recolocação do estudo do subdesenvolvimento e desenvolvimento na temática da dependência nesses textos possibilitou ir além das formulações cepalinas clássicas a partir de outras perspectivas.

No segundo capítulo será contextualizada a crítica às proposições cepalinas, bem como será discutido como essa conjuntura favoreceu o florescimento das abordagens com enfoque na dependência. No terceiro capítulo serão analisados textos dos principais autores reformistas, atentando para a noção de dependência presente em cada um deles. No quarto capítulo será apresentada uma análise comparativa entre esses autores a fim de entender em que medida seus estudos sobre a dependência possibilitaram ir além das formulações cepalinas clássicas a partir de novas perspectivas.

2 CRÍTICA À CEPAL E EMERGÊNCIA DAS ANÁLISES COM ENFOQUE NA DEPENDÊNCIA

A discussão sobre desenvolvimento, que ainda ocupa lugar de destaque na formulação de políticas públicas para a América Latina, foi incorporada sistematicamente à teoria econômica no contexto pós Segunda Guerra Mundial. No contexto de consolidação de um campo teórico voltado ao estudo do desenvolvimento econômico, a América Latina despontou como um ambiente intelectual capaz de empreender um esforço de teorização autônomo acerca desse fenômeno.

No período pós-guerra, de acordo com Bielschowsky (2000, p. 24), as economias latino-americanas experimentavam um acelerado processo de industrialização por substituição de importações. Com a volta da normalidade no pós-guerra, entretanto, havia a possibilidade do fortalecimento das exportações tradicionais e, conseqüentemente, da restauração da ideologia liberal dominante até os anos 1930. Crescia, então, uma ameaça à continuidade do processo de industrialização:

Frente à ideologia liberal, a defesa do desenvolvimento pela via da industrialização tinha no imediato pós-guerra a inconveniência de encontrar-se insuficientemente instrumentalizada de um ponto de vista analítico. Havia, para os defensores da industrialização, uma espécie de “vazio teórico”, e a descrença em relação à teoria econômica existente gerava perplexidade face à falta de teorias que pudessem ser adaptadas às realidades econômicas e sociais que se tentava entender e transformar. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 24)

Esse “vazio teórico”, como argumenta o autor, seria preenchido pela teorização elaborada no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal). Nos anos 1950,

a defesa da industrialização como condição necessária para o desenvolvimento dos países latino-americanos constituiu uma das principais proposições de política econômica da Cepal.

Contextualizar o surgimento da Cepal, bem como a linha teórica adotada por seus teóricos nos anos 1950 é fundamental para entender a emergência das análises críticas à instituição na década posterior. Ademais, é imprescindível discutir a relação entre a constatação dos limites da industrialização por substituição de importações no início dos anos 1960 e a adoção de uma postura crítica nos meios intelectuais às proposições cepalinas. Nesse contexto, abre-se espaço tanto para a revisão de algumas teses no âmbito da Cepal, quanto para a emergência de outras discussões acerca do desenvolvimento periférico, dentre as quais se destaca as abordagens com enfoque na dependência.

2.1 Os limites da industrialização por substituição de importações e as críticas à Cepal

As teorias concebidas no âmbito da Cepal podem ser entendidas como um esforço autônomo de estudo do fenômeno do subdesenvolvimento periférico. Criada em 1948 mediante decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas, a Cepal tornou-se, já na década de 1950, uma grande referência ideológica e analítica para os desenvolvimentistas latino-americanos (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 26).

Mesmo não sendo uma instituição puramente acadêmica e tendo como público alvo os *policy-makers* da América Latina, a Cepal tanto congregou intelectuais de grande renome, como Raúl Prebisch e Celso Furtado, quanto foi palco da formulação de teses originais acerca do subdesenvolvimento latino-americano. No escopo da teorização cepalina defendia-se que o estudo do subdesenvolvimento carecia de uma formulação teórica independente ou pelo menos adaptada, uma vez consideradas as diferenças históricas entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 22).

Ao defender a impossibilidade da aplicação das mesmas premissas e do mesmo instrumental teórico na análise tanto de países desenvolvidos quanto subdesenvolvidos, A Cepal rompeu com a ortodoxia econômica. Os intelectuais cepalinos empreenderam esforços no sentido de construir um novo instrumental teórico e metodológico “capaz de apreender a organização e dinâmica periféricas como elas realmente eram, e não como meros espelhos atrofiados das economias industrializadas” (DIAS, 2012, p. 19).

No final dos anos 1950 e início dos anos 1960, o enfoque estruturalista¹ desenvolvido no escopo da escola cepalina estava no auge de sua popularidade e influência no meio acadêmico latino-americano, sendo reconhecido até mesmo em alguns circuitos intelectuais norte-americanos e europeus. Entretanto, Dias (2012, p. 49) ressalta que o estruturalismo cepalino não chegou a ser seriamente considerado na visão dominante da economia, nem sistematicamente retratado em seus livros-texto.

Ainda de acordo com o autor supracitado, as teses cepalinas eram populares também no terreno político ideológico da América Latina. No caso brasileiro, a Cepal, juntamente com o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), compuseram o arcabouço institucional que ajudou a tecer e difundir o movimento nacional-desenvolvimentista. Embora a interpretação cepalina fosse tecnicamente mais rigorosa, precisa e politicamente menos inflamada, guardava afinidades com as interpretações do ISEB e do PCB, especialmente em relação a três aspectos: i) “defesa do processo de industrialização nacional como condição necessária (e num primeiro momento, suficiente) para o desenvolvimento”; ii) crença no Estado como instituição capaz de “promover e tutelar as transformações econômicas e sociais, bem como de arbitrar os conflitos emergentes na sociedade”; iii) necessidade da formação de uma aliança entre trabalhadores e setores médios urbanos, burocracia estatal e burguesia nacional “que desse sustentação política para as medidas de incentivo à indústria e para as reformas sociais e institucionais” (DIAS, 2012, p. 50).

Até o final da década de 1950, período que marca o auge da criatividade e da capacidade de influenciar da Cepal, a mensagem do estruturalismo latino-americano centrava-se na importância da promoção de políticas de industrialização para superação do subdesenvolvimento e da pobreza. Cardoso (1980 [1977], p. 40), ao discutir as ideias da Cepal na prática, defende que as proposições cepalinas sustentavam determinadas políticas de desenvolvimento que influenciaram a América Latina a partir dos anos 1950. Dentre essas metas básicas e instrumentos de política econômica para superação do subdesenvolvimento estavam a defesa da industrialização e de um protecionismo “saudável” que, associados a uma política adequada de alocação de recursos externos, possibilitavam o avanço do processo de industrialização por substituição de importações. Na prática, as ideias cepalinas culminavam em uma industrialização que necessitava ser planejada pelo Estado, através de controles

1 O estruturalismo formulado no âmbito da Cepal tem como pano de fundo a discussão de desenvolvimento econômico. Assim, não deve ser confundido com a discussão estruturalista clássica das ciências sociais. Sobre as origens da abordagem estruturalista na teoria do desenvolvimento ver Arndt (1985). Sobre a comparação entre o estruturalismo desenvolvido na Cepal e o “estruturalismo clássico” das ciências sociais ver Boianovsky (2014).

cambiais, programação de investimentos e política salarial que evitasse a queda da capacidade de consumo das massas ao longo da industrialização.

Fajardo (2014, p. 2-3), por sua vez, argumenta que as proposições cepalinas davam ênfase ao problema das restrições externas ao desenvolvimento, dada a posição vulnerável dos países latino-americanos na divisão internacional do trabalho:

From the 1940s to the 1960s, regional social scientists, especially economists who became associated with the United Nations Economic Commission for Latin America (ECLA), had emphasized the external constraints on the region's economic development imposed by the adopted development strategy. Thus, Latin American economists spoke of the need to overcome the unequal effect of business cycles on the center and periphery of global capitalism. Since the subordinate position in the international political economy was conceptualized as the result of the structure of production, i.e. specialization on the production of primary products for the world market, industrialization and the expansion of the internal market was conceived as solutions to end the external vulnerability and rely on an autonomous engine of growth. (FAJARDO, 2014, p. 3)

Como ressaltado no excerto anterior, a industrialização por substituição de importações e a expansão do mercado interno seriam os meios de mitigar a vulnerabilidade externa e possibilitar um desenvolvimento autônomo, segundo os teóricos do estruturalismo cepalino. Fajardo (2014) aponta, entretanto, que embora o processo de industrialização tenha avançado consideravelmente até meados da década de 1960, o desenvolvimento não foi evidente.

Os esforços no sentido de aprofundar a industrialização por substituições de importação na América Latina, especialmente na segunda metade da década de 1950, dependeram fortemente de medidas protecionistas e aumento dos investimentos públicos. Esse processo, contudo, aprofundou os desequilíbrios no balanço de pagamentos, o déficit público e aumentou a inflação. No início da década de 1960, em conexão com esses desequilíbrios, as taxas de crescimento do produto industrial reduziram-se a metade, comparativamente àquelas alcançadas na década anterior (RODRÍGUEZ, 2009, p. 190).

O cenário político latino-americano, por sua vez, estava marcado por uma crescente insatisfação, pelo recrudescimento das pressões sociais e fortalecimento da militância política e sindical. O Brasil e, em alguma medida, os outros países latino-americanos, experimentavam um crescimento econômico que acontecia em meio à crescente instabilidade macroeconômica – proveniente tanto de restrições externas quanto de acentuada pressão inflacionária. As altas taxas de crescimento industrial alcançadas na década anterior não se sustentaram, bem como a urbanização correspondente ao processo de industrialização aconteceu mediante empobrecimento e favelização, deixando evidente a impossibilidade de

absorção da força de trabalho oriunda do campo nas atividades produtivas modernas (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 37).

Dessa forma, o decorrer dos anos sessenta evidenciou que o processo de industrialização na periferia latino-americana, ao contrário do teorizado, aumentou e deu novos contornos à dependência em relação aos centros capitalistas. Ademais, questões como o subemprego no setor industrial contribuíram para aumentar a parcela da população empobrecida e desempregada, ou seja, vivendo à margem desse modelo de desenvolvimento (DIAS, 2012, p. 52).

Delineou-se, diante dessa conjuntura, um quadro de agudização das tensões sociais, crise política e descrença quanto às consequências do processo industrializante, que seu deu mediante aumento da dependência tecnológica e financeira, desemprego, subemprego e empobrecimento da população. Alastrou-se, então, a percepção que o processo de industrialização não teve como consequência imediata a superação do subdesenvolvimento e da pobreza e, a partir dessa crítica ao receituário industrializante proposto pela Cepal, a situação de subdesenvolvimento latino-americana foi revisitada por novas abordagens teóricas.

Mantega (1977, p. 10) argumenta que a década de 1960 representa um momento de renovação teórica que iria desembocar em novos diagnósticos e novas perspectivas para a sociedade brasileira. O autor defende que a ideologia nacional-desenvolvimentista que determinou os rumos da economia brasileira na década anterior ao golpe de 1964, baseara-se, sobretudo, nas ideias da Cepal de modernização da sociedade por meio de um intenso processo de industrialização sob o comando do Estado. Nesse sentido, “é na esteira da crise do nacional desenvolvimentismo e no enfraquecimento do pensamento que o sustentava que vão emergir novas correntes para discutir os novos rumos da economia brasileira”.

Cardoso (1972, p. 35) salienta que o fracasso das tentativas de “desenvolvimento genuinamente nacional” esteve na base das reformulações teóricas dos cientistas sociais latino-americanos em fins dos anos 1960. Segundo o autor, o fracasso político do nacional desenvolvimentismo e a inserção crescente da burguesia internacional no jogo imperialista evidenciaram a inviabilidade do desenvolvimento nacional-burguês e abriram espaço para novas matrizes teóricas.

Nesse cenário, segundo Love (1998, p. 436), um pessimismo em relação ao receituário de políticas públicas proposto pela Cepal na década anterior generalizou-se tanto entre os estruturalistas cepalinos quanto em meio à esquerda heterodoxa. Rodríguez (2009, p. 190)

argumenta que o clima econômico nos anos 1960 forjava a ideia de um impasse que comprometeria o avanço do processo de substituição de importações.

O descrédito acadêmico em relação ao processo de industrialização por substituição de importações seria acompanhado por uma série de críticas às recomendações de políticas de industrialização cepalinas. Essas críticas partiram tanto da esquerda heterodoxa quanto da direita neoclássica² e, no Brasil pós 1964, as recomendações de política pública foram dominadas por uma “ortodoxia anti-Cepal”:

Em fins da década de 1960, a ascensão da ortodoxia e das políticas a ela associadas – apesar de essas políticas não serem, na prática, tão distantes das recomendações estruturalistas, como demonstra o caso brasileiro – provavelmente contribuiu para o sentimento de frustração que veio a preparar o caminho para a aceitação da análise da dependência. (LOVE, 1998, p. 436)

Os anos 1960, assim, marcam um ponto de inflexão na formulação teórica acerca do subdesenvolvimento latino-americano. Nesse contexto, segundo Dias (2012, p. 57-58), tanto o estruturalismo cepalino foi reformulado e assumiu postura mais crítica em relação às consequências da industrialização, quanto uma nova matriz teórica ganhou força no pensamento brasileiro e latino-americano – a teoria da dependência.

Como assinalado nos parágrafos introdutórios, este trabalho procura entender como alguns autores de tradição cepalina³ incorporaram a discussão acerca da dependência em seus estudos entre meados da década de 1960 e início da década de 1970. A partir do florescimento do que se convencionou chamar teoria da dependência, e em conexão com ele, a análise das possibilidades de desenvolvimento dos países latino-americano passou a ser pautada pela questão da dependência, inclusive por autores fortemente ligados ao estruturalismo cepalino.

No sentido de avançar nessa discussão, nas próximas seções será apresentada tanto a reformulação de algumas teses cepalinas diante das consequências do processo de industrialização na América Latina, quanto o surgimento da teoria da dependência. Na discussão sobre a dependência serão mencionadas as inovações metodológicas, as diferentes vertentes e autores, bem como o fato de intelectuais de tradição cepalina como Celso Furtado e Osvaldo Sunkel serem considerados “dependistas”.

2 Palma (1978, p. 907) salienta que foram desenvolvidas críticas à Cepal tanto em setores da esquerda marxista, que apontavam as falhas das teorias da cepalinas em incorporar de forma efetiva os mecanismos de exploração existentes no sistema capitalista, quanto nos setores liberais, que consideravam as recomendações políticas cepalinas “o cavalo de Tróia do marxismo”.

3 Tradição cepalina refere-se, aqui, a intelectuais estiveram associados à Cepal ou a instituições relacionadas, como o Instituto Latino Americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES), nas décadas de 1950 ou 1960.

2.2 Uma nova agenda de discussão na Cepal

Ao longo da década de 1970, como aponta Bieschowsky (2000, p. 239), a Cepal seria principalmente um “fórum de discussão de ideias críticas ao desenvolvimento em curso”:

A realidade é que, desde fins dos anos 1950, a Cepal se encontrava em fase aguda de autocrítica. As ideias sobre o desenvolvimento elaboradas em sua grande fase criativa (1949-1954) continuavam válidas, mas eram reconhecidamente insuficientes na abordagem de uma nova problemática que se fazia visível nos países que mais êxito haviam alcançado em seus esforços de industrialização. Era indubitável que a Cepal elaborara uma teoria da industrialização periférica, ou retardada. No centro dessa teoria, estava a ideia de que a progressiva diferenciação dos sistemas produtivos permitida pela industrialização conduziria ao crescimento auto-sustentado. Criado um setor produtor de bens de capital e assegurados os meios de financiamento – o que em boa parte competia ao Estado, o crescimento se daria pela expansão do mercado interno. Naquele momento, a aplicação dessas ideias tropeçava em dificuldades em mais de um país. (FURTADO, 1997, p. 63)

Na Cepal, os anos 1960 seriam marcados tanto por uma leitura “autocrítica” de seus textos clássicos como pela definição de novas agendas de pesquisa. Os intelectuais atraídos pelo “talento mobilizador cepalino” discutiam o processo de desenvolvimento em curso atentando para três pontos: a constatação que a industrialização não tinha sido suficiente para incorporar à massa da população os frutos do progresso técnico e da modernização; a interpretação de que a industrialização não tinha eliminado a dependência e a vulnerabilidade externa e “a ideia de que ambos os processos obstruíam o desenvolvimento”. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 37-39).

A releitura dos textos “clássicos” da Cepal aconteceu em um seminário organizado no Instituto latino-americano de planejamento econômico e social (ILPES), criado em 1963 com o intuito de “formar especialistas em desenvolvimento econômico para os governos latino-americanos”. Em um momento de reflexão sobre os esquemas teóricos cepalinos produzidos no começo dos anos 1950, Celso Furtado propôs no ILPES a organização de um seminário para promover uma releitura crítica dos textos produzidos na instituição em sua grande fase criativa, do qual participaram intelectuais como Fernando Henrique Cardoso e Osvaldo Sunkel (FURTADO, 1997, p. 60-64).

Em relação às novas agendas de pesquisa que surgem no âmbito da Cepal, vale mencionar as formulações teóricas de alguns autores. Em um texto publicado em 1963, *Por uma dinâmica do desenvolvimento latino-americano*, Prebisch defende que a “insuficiência dinâmica” das economias latino-americanas, i.e., a dificuldade desses países em crescer e absorver força de trabalho, apenas seria contornada mediante reformas estruturais básicas ⁴.

⁴ Para uma análise mais detalhada do enfoque desenvolvido por Prebisch nos anos 1960 ver Rodríguez (2009, cap. 5).

Nesse estudo, o autor enfatiza a necessidade de alteração da estrutura social e redistribuição de renda, orientando-se “para uma análise do uso social do excedente potencial” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 39).

Celso Furtado, em *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, livro escrito em meados da década de 1960, formulou o que se convencionou chamar de “visão estagnacionista” acerca do desenvolvimento. Furtado defendia que, em razão da má distribuição de renda nos países latino-americanos, as economias da região dirigiam-se para uma situação de entorpecimento permanente, a partir da perda de dinamismo e tendência à estagnação. No entanto, a recuperação do crescimento do produto industrial e do PIB na maioria dos países latino-americanos, a partir da segunda metade da década de 1960, invalidaria o argumento estagnacionista⁵ (LOVE, 1998, p. 366; RODRÍGUEZ, 2009, p. 191-192). A tese sobre a estagnação de Celso Furtado foi alvo de críticas contundentes no início da década de 1970, como a desenvolvida por Tavares e Serra (1973 [1971]) no ensaio *Além da Estagnação*.

Ainda no âmbito das novas agendas de pesquisa, duas vertentes analíticas menos efêmeras que o estagnacionismo ganharam projeção: as teses sobre dependência e a tese sobre heterogeneidade estrutural. Aníbal Pinto, ao tratar da heterogeneidade estrutural⁶ da América Latina, partiu da constatação que os frutos do progresso técnico tendiam a concentrarem-se em classes, setores e regiões específicas dentro de um mesmo país. A análise do autor culminou no argumento que o processo de industrialização na América Latina “não eliminava a heterogeneidade estrutural, mas apenas modificava seu formato” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 41-43).

O surgimento das teses centradas na dependência⁷, por sua vez, tem como pano de fundo a discussão dos aspectos sociais do desenvolvimento e a própria criação do ILPES, organização com identidade própria que compõe a Cepal. Os cientistas sociais latino-americanos encontraram no ILPES o nicho institucional tanto para uma reinterpretação do desenvolvimento da região quanto para o avanço de uma teoria inovadora com foco na dependência (FAJARDO, 2014, p. 5-6).

5 Uma análise pormenorizada dessa obra de Celso Furtado, que resgata sua importância para a teoria do desenvolvimento na América Latina é desenvolvida por Coutinho (2015).

6 Sobre a tese da heterogeneidade estrutural ver Pinto (2000 [1970]).

7 Embora os termos “país dependente” ou “dependência” apareçam em uma série de contextos, inclusive em textos de inspiração estruturalista cepalina, apenas em meados dos anos 1960 esses termos ganharam uma definição clara e se integraram em uma tese única (LOVE, 1998, p. 427-428).

As teses sobre dependência elaboradas nesse contexto de reformulação e “autocrítica” da Cepal, objeto de estudo desse trabalho, florescem em conexão com a discussão formulada por intelectuais marxistas como André Gunder Frank e Rui Mauro Marini. Simultaneamente à reformulação do pensamento clássico da Cepal, um importante setor da esquerda latino-americana rompeu com a visão marxista convencional de que o desenvolvimento capitalista na América Latina era possível e necessário, embora fosse prejudicado por uma aliança “feudal-imperialista” (PALMA, 1978, p. 907).

A próxima seção, nesse sentido, abordará de forma sintética como o rompimento desses setores da esquerda com as abordagens marxistas convencionais, fundadas na ideia de uma aliança feudal-imperialista, engendrou análises centradas na dependência. Ademais, serão apresentadas algumas influências teóricas e metodológicas da teoria da dependência, suas diferentes vertentes e autores. Vale ter em vista, contudo, que a emergência das abordagens com enfoque na dependência tem uma estreita relação com o contexto econômico, social e político dos anos 1960 explicitado anteriormente e com a discussão do desenvolvimento autônomo na América Latina.

2.3 A teoria da dependência

As novas análises centradas na dependência que tomaram corpo ao fim dos anos sessenta ganharam destaque por apresentarem um maior rigor na incorporação de tendências historicistas e sociologistas. No entanto, ao contrário do estruturalismo cepalino, não foi observada uma convergência conceitual e tipológica em relação às análises da dependência. Nesse sentido, os mais notáveis estudiosos da dependência divergem analiticamente entre si, assim como diferem as interpretações e classificações sobre a teoria da dependência⁸ (DIAS, 2012; LOVE, 1998).

Palma (1978, p. 881-882) salienta que há uma enorme quantidade de estudos de cientistas sociais latino-americanos sobre a dependência entre as décadas de 1960 e 1970, bem como um grande número de críticas e debates sobre essas teses. A discussão sobre a dependência se delineou a partir de várias tradições intelectuais, o que tanto torna espinhosa a compreensão do debate quanto dificulta delimitar as raízes históricas e teóricas da dependência. Entretanto, o autor aponta duas grandes fontes de inspiração por trás das

⁸ Fernando Henrique Cardoso afirma que “rigorosamente não é possível pensar em uma teoria da dependência. Pode haver uma teoria do capitalismo e das classes, mas a dependência, tal como a caracterizamos, não é mais do que a expressão política, na periferia, do modo de produção capitalista quando este é levado à expansão internacional” (CARDOSO, 1971, 32).

discussões latino-americanas sobre dependência: o pensamento marxista acerca do desenvolvimento capitalista nas nações atrasadas e as teorias cepalinas.

Dias (2012, p. 61) afirma que três matrizes teóricas contribuíram substancialmente para o aparecimento, nos anos 1960, desse pensamento na América Latina: o marxismo, as teorias do imperialismo e o estruturalismo da Cepal. Embora outras influências possam ser delineadas, o autor ressalta que as três matrizes teóricas supracitadas forneceram boa parte do instrumental analítico, metodológico e conceitual utilizado e aprimorado pelos estudiosos latino-americanos da dependência.

Love (1998, p. 427), por sua vez, argumenta que a nova literatura sobre dependência surgiu a partir dos discursos estruturalista e marxista, mas defende que a fonte de inspiração mais importante para as análises da dependência foi o estruturalismo cepalino. Nesse sentido, embora algumas análises centradas na dependência sejam notadamente críticas ao estruturalismo, os trabalhos desenvolvidos na Cepal nos anos cinquenta deixaram ensinamentos teóricos, metodológicos e empíricos⁹ essenciais para as formulações em torno da teoria da dependência:

Ainda que de maneira parcial, esses ensinamentos apontaram o caminho das pedras por meio do qual os estudos econômicos e sociológicos sobre o capitalismo na América Latina poderiam ser conduzidos, a fim de se realizar uma *análise integrada do desenvolvimento*. Nesse sentido, mais do que uma perspectiva meramente crítica ao *reformismo pequeno burguês* da Cepal, os estudos sobre a dependência pretenderam constituir-se em uma espécie de “auto-crítica” de seu legado, que, sem deixar de evidenciar suas falhas e limitações, souberam reconhecer sua importância e influência. (DIAS, 2012, p. 64)

O debate em torno das raízes teóricas e metodológicas da dependência também é extenso, sendo mencionado aqui como forma de contextualizar a emergência dessas análises que trazem um instrumental diferente para se pensar a problemática do desenvolvimento. A discussão do instrumental teórico e metodológico utilizado pelos dependistas de tradição cepalina, que são o objeto de estudo deste trabalho, será elaborada no quarto capítulo.

Vale ressaltar que, diante do fato de não haver uma conceituação precisa para definir rigorosamente o que é a teoria da dependência e quais trabalhos se enquadram nela, as diversas interpretações e debates acerca desse movimento não serão sistematicamente analisadas. No entanto, a fim de explicitar o recorte teórico adotado neste estudo serão apresentadas algumas sugestões de divisões da teoria da dependência em vertentes ou correntes de pensamento.

⁹ Dentre esses ensinamentos estão: a concepção do sistema centro-periferia, a tese da deterioração dos termos de intercâmbio, o enfoque estruturalista da inflação, o princípio normativo de rompimento com a ortodoxia econômica, etc. Para uma discussão pormenorizada sobre o estruturalismo cepalino ver Rodríguez (2009).

Palma (1978, p. 898-899) distingue três abordagens da teoria da dependência, que não são mutuamente excludentes do ponto de vista da história intelectual. Uma primeira corrente teve início com André Gunder Frank e se desenvolveu posteriormente no âmbito do Centro de Estudos Sociais da Universidade do Chile, particularmente por nomes como Rui Mauro Marini e Theotônio dos Santos:

Its essential characteristic is that it attempts to construct a 'theory of Latin American underdevelopment' in which the dependent character of these economies is the hub on which the whole analysis of underdevelopment turns: the dependent character of Latin American economies would trace certain processes causally linked to its underdevelopment. (PALMA, 1978, p. 898)

A segunda abordagem, por sua vez, liderada principalmente por Osvaldo Sunkel e Celso Furtado, tem como característica a tentativa de reformular as teses cepalinas a partir de uma análise crítica dos “obstáculos ao desenvolvimento nacional”. O autor ressalta que reformular não significa aqui apenas incorporar novos elementos não presentes nas teses da Cepal, mas ir além da análise anterior a partir de diferentes perspectivas. Por fim, uma terceira abordagem diz respeito à teoria de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, cujas análises estão centradas na análise de situações concretas de dependência.

Palma (1978) distingue essas três abordagens no sentido de discutir os limites da dependência como uma teoria formal do subdesenvolvimento latino-americano, destacando o maior sucesso da abordagem que buscou elaborar uma metodologia de análise das situações concretas de dependência. Para tanto, o autor promove uma longa discussão sobre o debate marxista acerca do desenvolvimento capitalista em nações atrasadas, apresentando desde as visões de Marx e Engels até as teorias desenvolvidas no século vinte por Lenin e Rosa Luxemburgo¹⁰. Nesse sentido, analisa as obras de André Gunder Frank, Rui Mauro Marini e Theotônio dos Santos atentando para o fato de que os autores falharam em evidenciar suas inspirações nessa tradição marxista, o que dá margem para grandes confusões em suas análises das possibilidades do desenvolvimento capitalista. As considerações do autor sobre as outras duas abordagens da dependência serão discutidas ao longo do trabalho.

Love (1998, p. 439), por sua vez, distingue duas versões da teoria da dependência, a reformista e a radical. Kay (1989, p. 126-129), no mesmo sentido do último autor, diferencia duas vertentes: uma marxista e outra reformista. A primeira versão, radical ou marxista revolucionária, conta com autores como André Gunder-Frank, Theotônio dos Santos, Rui Mauro Marini, Aníbal Quijano, Vânia Bambirra, entre outros. A versão reformista, por sua vez, é composta por intelectuais como Fernando Henrique Cardoso, Celso Furtado e Osvaldo

¹⁰ Para a discussão pormenorizada das raízes marxistas da teoria da dependência ver Palma (1978, p. 882-897).

Sunkel, etc. O recorte adotado neste trabalho será o definido por Kay (1989) e Love (1998), que agrupam as teses da dependência elaboradas pelos últimos três autores no escopo da reformulação da Cepal.

Kay (1978, p.126-127), mesmo assumindo que qualquer esquema de classificação envolve algum grau de arbitrariedade e simplificação, apresenta alguns aspectos que distinguem as visões reformistas e marxistas da dependência. Em primeiro lugar, existem diferenças entre os arcabouços teóricos utilizados pelos autores, sendo um marxista e o outro “desenvolvimentista”. Outra distinção seria política, para os marxistas apenas a revolução socialista seria capaz de resolver os problemas da dependência e do subdesenvolvimento.

Kay (1991, p. 10-11), contudo, argumenta que alguns pontos comuns entre as duas abordagens podem ser observados. Entre esses pontos comuns está a rejeição, em menor ou maior grau, à teoria econômica neoclássica e à teoria da modernização, bem como a definição de subdesenvolvimento como resultado de um processo de acumulação capitalista que reproduz de maneira permanente dois polos no sistema mundial.

Embora a análise das teorias formuladas no âmbito da vertente “marxista” ou “radical” da dependência não seja o foco deste trabalho, as ideias de seus dois principais expoentes serão sumarizadas nos próximos parágrafos. Vale ressaltar, ainda, que André Gunder Frank e Rui Mauro Marini compõem uma gama de intelectuais que estão preocupados em reavaliar alguns fundamentos do marxismo ortodoxo predominante na América Latina.

As obras de André Gunder Frank, segundo Rodríguez (2009, p. 263), foram as primeiras a aludir ao tema da dependência no contexto em questão. Ao contestar a resposta do marxismo ortodoxo ao fracasso do modelo de desenvolvimento sócio-econômico adotado pelos países latino-americanos, o autor parte da crítica ao “mito do feudalismo”. Mantega (1984) coloca que, para Frank, o subdesenvolvimento dos países latino-americanos não seria uma reminiscência pré-capitalista, mas sim um processo social criado pelo próprio desenvolvimento capitalista, resultado da apropriação do excedente da periferia pelas metrópoles imperialistas. Em outras palavras, o autor considera que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento derivam de um mesmo processo: o avanço do capitalismo.

O subdesenvolvimento, na análise de Frank, seria condição necessária para o desenvolvimento, tendo em vista a relação de exploração dos satélites (periferia) pelas metrópoles (centro) no sistema capitalista mundial. Por outro lado, essa articulação metrópole-satélite vigente no sistema capitalista mundial também era reproduzida nacionalmente e, com isso, vigorava uma rede internacional e intranacional de exploração.

Assim, as transformações sociais verificadas na periferia eram resumidas à formação de núcleos industriais a partir do afrouxamento dos laços imperialistas, ou seja, estavam condicionadas a fatores externos, acentuando o caráter dependente das tentativas de industrialização. Partindo dessa análise, Frank argumenta que a industrialização por substituição de importações em países como o Brasil acentuou a dependência. O autor, em meados da década de sessenta, atentou para “a falta de dinamismo do setor industrial e a incapacidade para a indústria de bens de capital tornar-se o pólo dinâmico do desenvolvimento, como ocorre nas economias capitalistas em expansão” (MANTEGA, 1984, p. 218).

Tendo em vista o contexto de dependência no qual estava inserida a América Latina, Frank argumenta que o capitalismo nacional e a burguesia nacional não podem oferecer nenhuma saída para a situação de subdesenvolvimento desses países. Assim, o avanço do processo de industrialização na América Latina agrava continuamente a situação de subdesenvolvimento, sendo necessária “a superação da condição de dependência e a mudança de sistema com base na ação de grupos populares” para possibilitar um desenvolvimento autônomo (RODRÍGUEZ, 2009, p. 267).

Rui Mauro Marini, por sua vez, ampliou a análise da dependência de Frank ao se debruçar sobre conceitos como superexploração do trabalho e subimperialismo. Mantega (1984) aponta que, para Marini, o objetivo central dos países imperialistas era subtrair uma parcela considerável da mais-valia produzida na periferia latino-americana, através tanto do intercâmbio desigual quanto das remessas de lucros feitas pelas empresas estrangeiras sediadas nesses países periféricos. As elites latino-americanas, por sua vez, compensavam essas perdas por meio da superexploração da força de trabalho.

A superexploração da força de trabalho está relacionada à crescente extração de mais-valia absoluta em um contexto de abundância relativa da força de trabalho, uso de tecnologia poupadora de mão-de-obra na indústria, falta de regulamentação das condições e da jornada de trabalho e pagamento de salários abaixo do valor da força de trabalho nos países latino-americanos. Nessa conjuntura, a sobrevivência do capitalismo subdesenvolvido está condicionada a superexploração do trabalho. Marini aponta ainda a existência de centros subimperialistas no interior da América Latina, que buscam “salvaguardar o capitalismo do avanço socialista e facilitar o expansionismo dos países mais avançados da América Latina para o mercado de seus vizinhos menos industrializados” (MANTEGA, 1984, p. 266).

A luz das análises da dependência de Frank e Marini, conclui-se pela impossibilidade de um desenvolvimento capitalista autônomo na América Latina. O único caminho para a

superação do subdesenvolvimento e da dependência na periferia latino-americana seria, então, a luta armada e o socialismo revolucionário (LOVE, 1998, 452).

Dessa forma, uma diferença marcante entre as abordagens reformistas e marxistas/radicais da teoria da dependência estaria na intencionalidade da ação política: reformar ou romper com o sistema capitalista. No entanto, Kay (1978, p. 127) argumenta que o reformismo dos autores como Fernando Henrique Cardoso, Celso Furtado e Osvaldo Sunkel estaria tanto em suas proposições políticas quanto no fato de suas ideias serem entendidas como reformulação da posição desenvolvimentista cepalina diante da crise da industrialização por substituição de importações, tendo em vista que esses autores estiveram em algum momento associados à Cepal ou ao ILPES.

Delineado o contexto de surgimento do que se convencionou chamar de teoria da dependência, tanto em sua vertente marxista/radical quanto na versão reformista, o próximo capítulo tem por objetivo discutir textos de alguns autores reformistas: Celso Furtado, Osvaldo Sunkel e Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Diante da discussão dos limites da industrialização por substituição de importações e da necessidade de reformulação das teses clássicas da Cepal, esses autores, que mantiveram algum vínculo com a instituição, recolocaram a temática do subdesenvolvimento e desenvolvimento latino-americano em termos da dependência.

3 A VERSÃO REFORMISTA DA DEPENDÊNCIA

No contexto dos anos 1960, conforme apresentado no capítulo anterior, o freio ao impulso da industrialização por substituição de importações, em conexão com a dificuldade de absorção de mão de obra no setor industrial, aumento da desigualdade e concentração de renda, levou a uma descrença em relação ao modelo de desenvolvimento cepalino. O avanço da industrialização nos países latino-americanos não teria sido suficiente para superar a condição de dependência em relação aos países capitalistas avançados. Nesse sentido, a análise crítica do processo de desenvolvimento em curso na América Latina esteve na essência das abordagens centradas na dependência que floresceram nos anos finais da década de 1960.

Parte dessas abordagens, como ressaltam os intérpretes da teoria da dependência mencionados anteriormente, surgiram no contexto de autocrítica das proposições cepalinas e em conexão com a reformulação de suas teorias clássicas. Nesse sentido, a atenção dada à dependência por autores vinculados direta ou indiretamente à Cepal contribuiu tanto para a

definição de uma nova agenda de pesquisa na instituição, quanto para o debate acerca das possibilidades de um desenvolvimento autônomo na periferia do capitalismo.

Retornando à distinção entre as vertentes da teoria da dependência apresentadas no segundo capítulo, observa-se que Palma (1978, p. 898) argumenta que Osvaldo Sunkel e Celso Furtado desenvolvem abordagens que tem como característica reformular as teses cepalinas, enquanto a análise de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto tem foco nas situações concretas de dependência. Kay (1989, p. 127), por sua vez, coloca os três autores supracitados na vertente reformista da teoria da dependência. O reformismo desses intelectuais estaria tanto em suas proposições políticas quanto no fato de suas teorias serem percebidas como reformulação da posição desenvolvimentista da Cepal diante da crise da industrialização por substituição de importações.

Tendo em vista que este trabalho tem como objetivo entender em que medida as análises da dependência desenvolvidas no âmbito da reformulação da Cepal constituíram um instrumental teórico para se repensar o estruturalismo cepalino dos anos 1950, torna-se imprescindível estudar os autores da versão “reformista” da teoria da dependência. Como ressaltado nos parágrafos anteriores, os principais intelectuais que compõem a versão reformista da teoria da dependência são Osvaldo Sunkel, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto.

Nesse sentido, faz-se necessária uma abordagem mais sistemática dos textos escritos por esses intelectuais entre fins dos anos 1960 e início dos anos 1970, atentando para a incorporação da dependência como categoria fundamental na análise do processo de desenvolvimento periférico. Nas seções seguintes serão apresentadas as obras com foco na discussão da dependência desses quatro autores. Por fim, vale ressaltar que neste capítulo Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto serão considerados componentes da versão reformista da dependência, conforme divisão elaborada por Kay (1989), no entanto, no quarto capítulo serão discutidos os rompimentos e continuidades da abordagem de Cardoso e Faletto com o estruturalismo cepalino.

3.1 Osvaldo Sunkel: integração transnacional e desintegração nacional como manifestações da dependência

O chileno Osvaldo Sunkel, conhecido por refinar a tese cepalina da inflação estrutural nos anos 1950, desenvolveu nas décadas posteriores estudos nos quais a dependência constitui categoria analítica fundamental. A abordagem da dependência elaborada por Sunkel está

assentada no avanço do processo de integração transnacional dos países latino-americanos, que tem como consequência a desintegração nacional nesses países (KAY, 1989, p. 131; PALMA, 1978, p. 909).

A fim de situar o processo acima é imprescindível apresentar a crítica de Sunkel à industrialização por substituição de importações em curso na América Latina. Ademais, essa abordagem da dependência deve ser analisada atentando para a defesa do autor de um enfoque totalizante e interdisciplinar do desenvolvimento. Assim, dois textos são essenciais para entender a teoria formulada pelo autor nesse período: *Desenvolvimento, subdesenvolvimento, dependência, marginalização e desigualdades espaciais: por um enfoque totalizante*, publicado em 1970, e *Big business and “dependencia”: a Latin American view*, de 1972.

Sunkel (2000[1970]), ao adotar um enfoque interdisciplinar, propõe a incorporação da dependência, marginalização e desequilíbrios regionais, aspectos integrantes do processo de subdesenvolvimento latino-americano, ao estudo do desenvolvimento. A defesa de uma análise realista do desenvolvimento, partindo do estudo desses elementos, permeia a discussão da dependência desenvolvida pelo autor.

A definição de desenvolvimento e subdesenvolvimento elaborada pelo autor é crítica às teorias convencionais da modernização e do crescimento que, no limite, entendem o subdesenvolvimento como uma etapa do processo de desenvolvimento. As características particulares às sociedades subdesenvolvidas – desigualdade, instabilidade, desemprego, dependência, marginalização econômica, social e política, dentre outras – são entendidas como desvios do padrão ideal, como sintomas a serem atacados pelo crescimento e modernização nessas teorias convencionais. A partir dessa crítica, o autor define os processos de desenvolvimento e subdesenvolvimento:

Não se deve admitir que o subdesenvolvimento seja um momento na evolução de uma sociedade, econômica, política e culturalmente isolada e autônoma. Postula-se, ao contrário, que o subdesenvolvimento faz parte do processo histórico global do desenvolvimento, que subdesenvolvimento e desenvolvimento são duas faces de um mesmo processo universal, que ambos os processos são historicamente simultâneos, que estão vinculados, isto é, interagem e se condicionam mutuamente [...] (SUNKEL, 2000[1970], p. 529)

O desenvolvimento e subdesenvolvimento constituem duas faces da evolução histórica do sistema capitalista. Nesse sentido, podem ser entendidos como processos simultâneos; como estruturas parciais e interdependentes que configuram um único sistema. A materialização geográfica do processo supracitado se dá em termos de polarizações externas e internas. Por um lado, o mundo está polarizado entre países centrais, avançados, desenvolvidos, industrializados e países periféricos, dependentes; por outro, há uma

polarização interna aos países entre os espaços, grupos sociais e atividades modernas e aqueles primitivos, marginalizados, dependentes.

Nesse sentido, a análise realista do subdesenvolvimento latino-americano proposta pelo autor parte da concepção de um sistema socioeconômico integrado pelos elementos estruturais externos (instituições que pautam a natureza da vinculação social, econômica, cultural e política entre países periféricos e o centro) e internos (dotações de recursos naturais e populacionais, instituições políticas, grupos sociopolíticos, Estado). A articulação entre os elementos internos à estrutura periférica e os países centrais definem a “estrutura global do sistema”, na qual se produz o funcionamento do sistema nacional e suas possibilidades de transformação estrutural (SUNKEL, 2000 [1970], p.527-528).

Embora reconheça a importância dos fatores internos que compõem a sociedade periférica, o autor postula que as vinculações externas tem papel central na estruturação e transformação da economia e sociedade latino-americana. A industrialização por substituição de importações característica dos países latino-americanos constitui um exemplo de processo interno condicionado externamente. Sunkel (2000 [1970], p. 532) argumenta que a dinâmica, composição e natureza dos processos produtivos adotados foram orientados, em larga medida, por condições externas. O avanço desse processo se deu mediante sucessivos estrangulamentos externos e aumento da dependência.

Para entender o caráter dessa dependência tem que se levar em conta que o desenvolvimento e a modernização do setor industrial latino-americano estão intimamente relacionados com o desenvolvimento do sistema capitalista internacional:

Thus, the concept of “dependencia” links the postwar evolution of capitalism internationally to the discriminatory nature of the local process of development, as we know it. (...) In other words, this approach considers the capitalist system as a whole, within which national economies – national states – constitute sub-systems.
(SUNKEL, 1972, p. 519)

Nesse sentido, a industrialização na América Latina não rompeu nem atenuou os laços de dependência com o exterior, mas constituiu uma nova forma de inserção das economias subdesenvolvidas no sistema mundial. Esse processo se desenrolou em um contexto de nova divisão internacional do trabalho, tendo como agente correspondente os conglomerados transnacionais. Assim, essa nova divisão internacional do trabalho incorporada ao modelo centro-periferia deu novos contornos à dependência:

Com isso vêm as consequências que esse modelo implica e que conhecemos tão bem: a) persistência e até acentuação de nosso caráter monoexportador [...]; b) impulso dinâmica da economia proveniente do exterior; c) centros decisórios fundamentais externos [...]; d) tendência persistente e cada vez mais aguda ao

endividamento externo e à desnacionalização da indústria nacional; e) ameaça de que o processo de integração latino-americano favoreça, principalmente, as empresas multinacionais extralatinas-americanas e liquide em definitivo as empresas privadas nacionais na América Latina, ao criar, mediante integração dos mercados e liberação do comércio, condições em que a empresa nacional fica não apenas desfavorecida, mas também impossibilitada de obter proteção do Estado nacional; f) ampliação cumulativa do abismo entre nossos países e os países desenvolvidos. (SUNKEL, 2000 [1970], p. 536)

A grande expansão das multinacionais na América Latina teve início em meados dos anos 1950, sendo que a criação de subsidiárias nesses países aumentou vertiginosamente até o final dos anos 1960. Com o avanço do processo de substituição de importações, essas subsidiárias estrangeiras foram assumindo o controle da industrialização nos países latino-americanos, o que contribuiu efetivamente para a desnacionalização da burguesia local. Embora a entrada massiva de empresas estrangeiras nesses países tenha acelerado as taxas de crescimento industrial, o desenvolvimento se tornou mais desigual: *“on the one hand, a partial process of modernization and expansion of capital-intensive activities; on the other, a process of disruption, contraction and disorganization of traditional labor-intensive activities”* (SUNKEL, 1972, p 518, 523).

Ademais, o avanço do processo de industrialização por substituição de importações aumentou o subemprego, os desequilíbrios regionais e acelerou o processo de marginalização no interior das sociedades periféricas. A marginalização, entendida no âmbito da polarização intra-urbana, constitui um processo de “segregação da distribuição da renda, da estrutura dos gastos, da estratificação social e da distribuição do poder, prestígio e cultura”. O fenômeno da marginalização decorre, na visão do autor, das limitações do acesso por parte da população a uma renda de nível ou estabilidade razoável, o que pode ser agravado pelas diferentes formas de discriminação social, racial, cultural, etc. (SUNKEL, 2000 [1970], p. 538-540).

Nesse sentido, a marginalização não seria um fenômeno exclusivo dos países subdesenvolvidos, nem constituiria etapa inevitavelmente superável no processo de desenvolvimento. Na análise da realidade latino-americana, entretanto, seria necessária a associação entre marginalização, dependência e subdesenvolvimento e o entendimento desses elementos como aspectos, manifestações e consequências do processo geral de evolução do sistema capitalista internacional.

O reconhecimento da marginalização como processo intrínseco do subdesenvolvimento dependente implica um enfoque que busque integrar na análise do desenvolvimento periférico questões de ordem tecnológica, institucional, de distribuição de renda e da propriedade, de estrutura de consumo e produção, entre outras. Dessa forma, o autor reafirma sua opção por um enfoque totalizante do desenvolvimento.

Tendo em vista esse enfoque, o autor argumenta que desenvolvimento, subdesenvolvimento, desequilíbrios espaciais, marginalização e dependência mais que fenômenos integrados, são manifestações de um processo que engloba a todos. Esse seria “um processo simultâneo de integração transnacional e desintegração nacional”, o qual daria novos contornos à dependência externa (SUNKEL, 2000 [1970], p. 553).

Partindo da hipótese mencionada anteriormente de que as vinculações externas desempenham papel central na estruturação das economias latino-americanas, o autor postula que o sistema econômico internacional deve ser entendido como um “sistema de poder, um sistema de dominação/dependência que tem favorecido, sistematicamente, o desenvolvimento dos países hoje desenvolvidos e subdesenvolvimento dos países atualmente subdesenvolvidos”. O centro hegemônico e as formas de dominação nesse sistema econômico internacional modificaram-se historicamente, chegando ao neomercantilismo. O principal agente do sistema neomercantilista de dominação, conglomerado transnacional (Contra), constitui uma nova e poderosa instituição (SUNKEL, 2000 [1970], p. 551).

A principal característica desse sistema de dominação, nas palavras do autor, é a penetração dos agentes econômicos mais poderosos dos países desenvolvidos (os Contras) na economia dos países subdesenvolvidos em um contexto de integração transnacional. O neomercantilismo, nesse sentido, favorece o desenvolvimento dos segmentos nacionais internacionalizados, onde estão localizadas as matrizes dos Contras, ou seja, favorece o desenvolvimento dos países desenvolvidos. Na periferia, por outro lado, esse sistema internacional de dominação gera desintegração e favorece o subdesenvolvimento, afetando particularmente os grupos sociais marginalizados e excluídos.

Sunkel (1972, p. 524) argumenta que o avanço da industrialização por substituição de importações nesse contexto de reorganização do sistema econômico mundial aumenta os laços entre as economias dominantes (desenvolvidas) e os dependentes (subdesenvolvidas), tanto em relação aos processos produtivos quanto aos padrões de consumo. Assim, o processo de integração transnacional tende a reforçar o processo de subdesenvolvimento cultural, social, político e econômico nos países periféricos, aprofundando ainda mais a dependência e a desintegração nacional na América Latina.

Nesse sentido, o processo descrito acima tende a impedir a formação de um empresariado nacional, de uma classe média nacional (inclusive grupos intelectuais, científicos e técnicos nacionais) e até a formação de uma classe trabalhadora nacional, chegando a afetar a mobilidade social interna. Com esse processo de desintegração nacional, uma parte significativa da burguesia nacional transforma-se em uma tecnocracia privada

transnacional, refletindo a crise do Estado nacional nos países latino-americanos. (KAY, 1989, p. 130-131; SUNKEL, 2000[1970], p. 563-564; SUNKEL, 1972, 527-529).

A tendência apontada acima coaduna com a hipótese que o dinamismo da estrutura social dos países subdesenvolvidos depende, em grande parte, da influência que seu segmento internacionalizado recebe dos países centrais:

Como visto, essa influência se manifesta, no nível da estrutura produtiva, pela penetração maciça e extraordinariamente dinâmica dos conglomerados transnacionais e de suas subsidiárias e filiais de toda sorte; no plano tecnológico, manifesta-se pela introdução, em grande escala, de técnicas altamente capitalizadas e economizadoras de mão de obra; no nível cultural e ideológico, por uma propaganda opressiva e sistemática do modelo de civilização e da orientação dele resultante na distribuição dos recursos; e, no nível concreto das políticas e estratégias de desenvolvimento, manifesta-se pela pressão dos interesses privados e públicos nacionais, estrangeiros e internacionais associados ao segmento internacionalizado, em favor de políticas que promovam esse tipo de desenvolvimento. (SUNKEL, 2000 [1970], p. 563)

Nesse sentido, considerando as mudanças na divisão internacional do trabalho, bem como nas formas de dominação do sistema econômico internacional, o autor delinea as manifestações da dependência externa nos países subdesenvolvidos, inclusive em termos de transformação da estrutura social, política, econômica e cultural desses países. Essa relação de dependência, tanto é parte integrante do subdesenvolvimento latino-americano, quanto é manifestação de um processo geral de evolução do sistema capitalista internacional. Percebe-se, então, que a dependência constitui categoria analítica fundamental na teoria de Sunkel acerca do subdesenvolvimento latino-americano, no que diz respeito a seus textos do início dos anos 1970.

3.2 Celso Furtado: dependência cultural e tecnológica

Um dos cientistas sociais brasileiros mais influentes do século passado, Celso Furtado tem uma vasta obra acerca da situação de subdesenvolvimento latino-americano. Nas palavras de Love (1998, p. 359), pode-se afirmar que Furtado, além de ser o primeiro e mais original autor estruturalista brasileiro, foi pioneiro na análise da dependência entre os intelectuais latino-americanos, sendo “o primeiro a afirmar, especificamente, que desenvolvimento e subdesenvolvimento fazem parte do mesmo processo de expansão da economia capitalista internacional”.

Embora Love (1998, p. 391) coloque Furtado na “posição de reivindicar o crédito de ter sido o primeiro analista da dependência”, esse argumento não é consenso na literatura. Ainda assim, o autor tem uma contribuição muito importante para a abordagem da

dependência no âmbito do estruturalismo latino-americano. Mallorquin (2005, p. 238), ao analisar os textos escritos por Furtado entre 1964 e 1976, argumenta que o tema da dependência adquiriu grande importância na produção teórica do autor neste período. Em sua obra autobiográfica, Furtado (1997, p.17) argumenta que o esforço dos autores estruturalistas em ampliar o quadro conceitual dos modelos econômicos conduziu à teoria da dependência:

Em certo sentido, os estruturalistas retomaram a tradição do pensamento marxista, na medida em que este colocou em primeiro plano a análise das estruturas sociais para compreender o comportamento dos agentes econômicos. Tal esforço visando ampliar o quadro conceitual a fim de abranger os condicionantes externos e internos de decisões conduziu finalmente à teoria da *dependência*. Esta se fundamenta numa visão global do capitalismo – enfocado como um sistema econômico em expansão vertical e horizontal e como uma constelação de formas sociais heterogêneas – que permite captar a diversidade do processo de acumulação e as projeções dessa diversidade nos países de industrialização tardia. Graças a tal enfoque abrangente foi possível aprofundar as percepções das vinculações entre as relações externas e as formas internas de dominação social, bem como projetar luz sobre outros temas de pouca significação, tais como a natureza do Estado e o papel das firmas transnacionais.

No excerto anterior, “teoria da dependência” refere-se aos escritos elaborados por Celso Furtado nos anos 1970, nos quais o autor reivindica a dependência como categoria analítica fundamental em sua obra. Nesse sentido, o excerto deve ser interpretado tendo em vista o contexto de transformações nas teorias do autor, de pessimismo em relação às possibilidades do desenvolvimento autônomo e, especialmente, de reflexão crítica em relação aos estudos “clássicos” da Cepal, de inspiração estruturalista.

Segundo Furtado (1997, p. 39 n.), foram os estudos sobre a dinâmica da demanda e a modernização na reprodução do subdesenvolvimento que o orientaram para a ideia de dependência, primeiro cultural e depois tecnológica. Entender a incorporação da dependência na teoria de Furtado constitui uma tarefa espinhosa, devido ao grande número de obras publicadas e às constantes revisões em suas teorias. Entretanto, serão apresentados aqui alguns textos no sentido de reconstruir o caminho que orientou o autor em direção à discussão de dependência no início da década de 1970. Para tanto, os textos base utilizados serão: *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*, cujos ensaios que o compõem foram escritos na segunda metade da década de 1960; *Dependencia externa y teoria económica*, publicado em 1971; e *Análise do “modelo” brasileiro*, de 1972.

Antes de abordar os estudos de Furtado sobre a dinâmica da demanda e da difusão do progresso técnico na periferia, discussões presentes no primeiro livro citado, vale ressaltar que parte dos ensaios que o compõem são reedições modificadas de *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, de 1966. Coutinho (2015, p. 11-15), ao buscar traços de

continuidade entre a tese estagnacionista de Furtado e aquelas desenvolvidas na primeira metade da década de 1970, argumenta que o esquema analítico do autor não sofreu rupturas decisivas, embora se tenha observado uma evolução significativa na abordagem de alguns pontos – como a questão da tecnologia e dos “dilemas impostos por um mercado de trabalho que não permite massificar o consumo dos bens produzidos pela indústria inovadora”.

Em primeiro lugar, a fim de entender como Furtado incorpora a dependência em sua análise, vale ressaltar que o autor entende as modificações que surgem do lado da demanda como fator dinâmico do processo de desenvolvimento dependente. Esse processo, de forma simplificada, seguiria a seguinte sequência: “modificações da composição da demanda - acumulação de capital - progresso tecnológico”. O caráter dependente das economias periféricas, assim, decorreria do fato de o aumento de produtividade do trabalho ter origem especialmente na transformação da estrutura produtiva em função de uma alteração do perfil da demanda global¹¹. Nesse sentido, o desenvolvimento de uma economia dependente seria reflexo da assimilação do progresso tecnológico dos polos dinâmicos, embora esse não seja o fator dinâmico do processo, e sim as modificações estruturais que surgem inicialmente pelo lado da demanda (FURTADO, 1975, p. 133-134).

Nesse sentido, Furtado (1975, p. 134) argumenta que nas economias desenvolvidas o progresso tecnológico é, em si, a fonte do desenvolvimento. Por outro lado, nas economias dependentes o progresso tecnológico é criado por modificações estruturais do lado da demanda, que levam a transformações na estrutura produtiva. A criação e difusão da tecnologia, dessa forma, constitui fator fundamental para entender o caráter dependente das economias latino-americanas.

O ensaio que abre *A Hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina* analisa a situação de subdesenvolvimento no quadro do capitalismo industrial, dando ênfase aos fatores externos que tendem a agravá-la e perpetuá-la, i.e., às formas de dominação internacional apoiadas no progresso tecnológico. A assimilação da tecnologia e do progresso técnico acontece de forma desigual em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. O progresso tecnológico tem uma importância central no desenvolvimento das economias capitalistas avançadas, sendo tanto o fator básico de crescimento econômico quanto o instrumento que permite a preservação do sistema de poder existente nos países centrais (FURTADO, 1975, p. 10-15).

11 Tomando como exemplo a expansão das plantações de café com fatores deslocados da agricultura de subsistência, tem-se que “a especialização, decorrente da modificação da demanda global, traz consigo elevação de produtividade. O mesmo se pode dizer com o crescimento mais que proporcional do setor industrial, no qual produtividade da mão de obra é mais alta que no conjunto do sistema econômico”. (FURTADO, 1975, p. 132)

No caso dos países periféricos latino-americanos, a industrialização, menos que um projeto consciente visando romper os esquemas tradicionais de divisão internacional do trabalho, foi consequência de restrições do mercado externo aos produtos primários exportados. Nesse sentido, o processo de industrialização dos países latino-americanos tem a especificidade tanto de ser substitutivo de importações quanto de acontecer “mediante assimilação de uma tecnologia que é fruto do progresso técnico dos atuais países desenvolvidos” (FURTADO, 1975, p. 13-14).

O processo de desenvolvimento nos países periféricos se desenrola, nesse sentido, tendo a tecnologia como fator totalmente exógeno. A assimilação do progresso técnico, criado nas condições históricas específicas aos países avançados, gera graves problemas nos países subdesenvolvidos:

O progresso tecnológico orientando-se no sentido de poupar mão de obra, aumenta a produtividade do fator trabalho no setor que assimila essa tecnologia, ao mesmo tempo que amplia o excedente estrutural de mão de obra; em outras palavras: a orientação do progresso tecnológico corresponde a uma situação em que a dotação média de capital por pessoa em idade de trabalhar é muitas vezes maior do que a existente num país subdesenvolvido. (FURTADO, 1975, p. 15)

Os empresários dos países periféricos, por sua vez, seguem de perto os padrões tecnológicos dos países mais avançados, de onde partem as inovações tecnológicas e os equipamentos, o que reforça o caráter poupador de mão de obra das técnicas produtivas utilizadas. Mesmo que a produção industrial apresente taxas de crescimento elevadas, a participação dos trabalhadores industriais no total de empregados tende a declinar nos países subdesenvolvidos.

Essa assimilação do progresso técnico, associada ao caráter excludente da urbanização nos países latino-americanos, acaba gerando grandes massas de trabalhadores subempregados que aspiram a empregos que o sistema econômico não cria em quantidades suficientes. Nesse sentido, a penetração do progresso técnico nos países subdesenvolvidos configura-se como a fonte de muitos conflitos sociais – tal qual a marginalização de uma parcela crescente da população em decorrência da destruição de fontes de emprego não substituídos por outros de importância similar (FURTADO, 1975, p. 17).

Os fenômenos do subemprego e marginalização, no entanto, não devem ser entendidos como meras manifestações de um desequilíbrio ao nível dos fatores, como fruto da inadequação da tecnologia à estrutura produtiva dos países periféricos. Segundo Kay (1989, p. 132), esses fenômenos, relacionados às modificações na estrutura produtiva, seriam resultados tanto do controle do progresso tecnológico pelos países centrais quanto da imposição de seus

padrões de consumo aos países periféricos. Nesse sentido, a discussão sobre dependência elaborada por Furtado apoia-se em grande medida na ideia de imposição dos padrões de consumo dos países desenvolvidos aos subdesenvolvidos.

O controle do progresso técnico e a imposição dos padrões de consumo são temas abordados em *Dependencia externa y teoria econômica*. Entretanto, esse ensaio apresenta radical discrepância com o método adotado por Furtado nas obras anteriores e deve ser contextualizado a partir da reivindicação do autor por uma abordagem dependista. Nas palavras de Mallorquin (2005, p. 338), consciente ou inconscientemente esse texto “propõe difundir teoricamente nada mais que a problemática neoclássica – inclusive microeconômica – sobre a dotação ótima dos recursos produtivos com o vocabulário da dependência”.

Furtado (1971, p. 335), nesse texto, argumenta que entre aqueles que operam no marco teórico neoclássico e os que dão atenção às estruturas particulares das economias subdesenvolvidas existe uma brecha epistemológica que impede uma fertilização mútua. Aparentemente insatisfeito com o vocabulário conceitual de seus textos anteriores, o autor tem como proposta reconciliar a teoria neoclássica e o estruturalismo a partir da re colocação do problema do subdesenvolvimento na corrente de pensamento latino-americano mais recente, i.e., na teoria da dependência. Em uma nota o autor passa a reivindicar seu lugar como analista da dependência, fazendo referência explícita a Sunkel, Cardoso e Faletto, Theotônio dos Santos e a si próprio, mencionando alguns ensaios que compõem *Hegemonia dos EUA e subdesenvolvimento da América Latina*. Furtado (1971, p. 335-336) argumenta, então, que se ganha em capacidade de teorização ao substituir o conceito de subdesenvolvimento por um enfoque que evidencie que as economias subdesenvolvidas constituem subsistemas; os quais só podem ser compreendidos quando referenciados em relação ao funcionamento do sistema global. Nesse sistema global coexistem subsistemas criadores e importadores de tecnologia e de novos padrões de consumo.

Nesse sentido, Furtado defende que *Dependencia externa y teoria econômica* constitui a base para escritos posteriores acerca da dependência, dentre eles o texto *Análise do modelo brasileiro*. Embora a concepção de subdesenvolvimento como uma entidade que faz parte de um sistema mais amplo apareça em textos posteriores do autor, o que fica totalmente deslocado em futuras alusões a esse conceito de subdesenvolvimento é a possibilidade de fundir a teoria da dependência aos pressupostos da teoria neoclássica acerca da dotação ótima de recursos produtivos (MALLORQUIN, 2005, p. 238-239).

Ao adotar esse enfoque, Furtado (1971, p. 336) defende que a teoria do subdesenvolvimento torna-se essencialmente uma teoria da dependência. Ao incorporar o

conceito de otimização ao discurso da dependência, o autor argumenta que o desenvolvimento dos subsistemas dependentes estaria sustentado na produção e nos padrões de consumo dos países dominantes:

En síntesis: el proceso de trasplante de los patrones de comportamiento de los subsistemas dominantes, a los subsistemas dependientes, desempeña un papel determinante en la asignación de los recursos en estos últimos. Cuanto más intensa sea la diversificación de las formas de consumo de los centros dominantes o mayor sea la distancia entre las formas de consumo de estos, y de los subsistemas dependientes, mayores serán las posibilidades, a igualdad de otros factores, de acelerar el "desarrollo" de estos últimos; y también serán mayores las probabilidades de que el "dualismo" estructural se agrave en los subsistemas dependientes. En efecto, la necesidad de elevar en forma permanente el coeficiente de capital en el sector que produce para la minoría integrada en el proceso imitativo impide una difusión más amplia del progreso tecnológico (innovaciones en los procesos productivos) en los segmentos marginalizados de la economía dependiente. (FURTADO, 1971, p. 342)

Segundo Mallorquin (2005, p. 243), o dualismo estrutural que se agrava nos subsistemas dependentes origina-se como fenômeno cultural, “resultado de uma série de práticas de consumo provenientes do subsistema dominante e que redundam em um dualismo do sistema produtivo”. Essa tese, ademais, constitui aspecto central para a teoria da modernização que começa a aparecer na obra de Furtado nos anos 1970.

Furtado (1971, p. 343) argumenta, nesse sentido, que o dualismo constitui inicialmente um fenômeno social ou cultural que se apresenta, do ponto de vista econômico, como uma descontinuidade da demanda. Com a industrialização substitutiva de importações essa estrutura dual é transferida ao aparato produtivo. No entanto, esse fenômeno não pode ser explicado como um desequilíbrio ao nível dos fatores, resultante da inadequação tecnológica. O dualismo, por outro lado, é resultado do comportamento da totalidade do sistema, i.e., do transplante, dos países centrais aos periféricos, de “actividades productivas ligadas a una clientela perfectamente condicionada y bajo control”. Como a produção no subsistema dependente é baseada em artigos que continuam sendo concebidos nos países que lideram o progresso tecnológico, é possível questionar a autonomia e a pertinência de políticas internas de industrialização nos países dependentes.

Em sua obra autobiográfica, Furtado (1997, p. 17-18) reforça a ideia apresentada anteriormente que a dependência manifesta-se inicialmente no plano cultural e depois é projetada na esfera produtiva. A incorporação dos padrões de consumo dos países avançados possibilitou a modernização do consumo. O dinamismo desse segmento modernizado do consumo “projeta a dependência no plano tecnológico e a inscreve na estrutura produtiva”.

No primeiro ensaio de *Análise do modelo brasileiro*, Furtado aborda com profundidade o tema da transformação nos padrões de consumo oriunda da difusão do progresso técnico nos países periféricos. O autor argumenta que o progresso tecnológico assume duas formas básicas: i) transformação dos processos produtivos, o que possibilita aumentar a dotação de capital por pessoa ocupada; ii) diversificação dos bens e serviços finais, relacionada diretamente a alteração nos padrões de consumo. A característica essencial das estruturas subdesenvolvidas é a assimilação desigual dessas duas formas básicas de progresso tecnológico, o qual serve muito mais para “modernizar” os hábitos de consumo que para transformar a estrutura produtiva. A modernização dos hábitos de consumo acontece especialmente entre os grupos de rendas mais altas que, ao incorporar os padrões de consumo dos países centrais, demandam bens e serviços baseados em tecnologia produzida em outro contexto histórico (FURTADO, 1972, p. 11-12; KAY, 1989, p. 132-133).

A assimilação desigual dessas duas formas de progresso tecnológico nas economias subdesenvolvidas se manifesta na rápida modernização dos padrões de consumo, ainda que em benefício de uma minoria, enquanto as transformações na esfera produtiva acontecem muito mais lentamente. Assim, a capitalização dos setores mais dinâmicos das economias periféricas faz-se em benefício de grupos estrangeiros, que controlam a tecnologia.

Enquanto o fluxo de novos produtos e o complexo de inovações tecnológicas que os acompanham é fundamental para o funcionamento das economias capitalistas avançadas, no âmbito do sistema econômico internacional opera no sentido de preservar as relações de dominação e dependência. Tendo em vista esse processo, a industrialização dos países latino-americanos não foi suficiente para garantir a superação da dependência externa:

Como os sistemas industriais dos países subdesenvolvidos nasceram para substituir importações e passaram, em seguida, a reproduzir, ainda que em miniatura, o fluxo de novos produtos das economias desenvolvidas, as novas formas de dependência surgiram e se consolidaram sem encontrar maiores resistências. (FURTADO, 1972, p. 14)

As filiais das grandes empresas internacionais, ao se beneficiarem diretamente das inovações que ocorrem na matriz, estão capacitadas a substituir importações com eficiência. Essas empresas buscavam reproduzir, em intervalos decrescentes de tempo, o fluxo de novos produtos oriundos das economias desenvolvidas. Nesse contexto, a dependência transforma-se em uma condição quase necessária da eficiência, tendo as multinacionais como o principal instrumento para estreitar esses laços de dependência (FURTADO, 1972, p. 14; KAY, 1989, p. 133-134).

A constituição dos mercados internacionais de um lado, e a difusão do progresso tecnológico e do poder financeiro exercido pelas multinacionais, de outro, determinam as condições estruturais do desenvolvimento capitalista internacional, operando no sentido tanto de concentrar recursos em áreas prioritárias como de homogeneizar os padrões de consumo em escala mundial. O subdesenvolvimento, então, pode ser entendido como uma situação de dependência estrutural, na qual há um “horizonte estreito de opções na formulação de objetivos próprios e uma reduzida capacidade de articulação das decisões econômicas tomadas em função desses objetivos” (FURTADO, 1972, p. 15).

Tendo em vista os argumentos esboçados nesta seção, depreende-se que a dependência externa tem manifestações nas economias periféricas tanto no sentido de ditar o sentido da assimilação da tecnologia, aumentando a dependência tecnológica e gerando conflitos sociais de grandes proporções, quanto no sentido da imposição de padrões de consumo do centro para a periferia.

Os vaís e vens de Furtado com relação à concepção da dependência, para Mallorquin (2005, p. 256-258), são sintomáticos tanto de uma nova busca teórica quanto de sua inconformidade com um discurso puramente econômico. Com o ensaio *Dependencia externa e teoría económica*, o autor deixa para trás noções antes sustentadas, começa uma crítica ao enfoque estruturalista e desenvolve os fundamentos da sua teoria da modernização. Essa busca teórica materializa-se em suas ideias a favor de uma nova ciência social e em sua tentativa de incorporação de outras áreas do conhecimento à análise econômica, formuladas a partir do final da década de 1970. Ademais, a reivindicação de analista da dependência culminou na proposta teórica mais elaborada de Furtado em relação à economia do desenvolvimento, e particularmente em relação à periferia do capitalismo – a teoria do excedente social.

Em *Criatividade e dependência na civilização industrial*, de 1978, Furtado estende o escopo de sua análise no sentido de atribuir um papel crucial à cultura no processo de desenvolvimento, desafiando a suposta incapacidade da teoria do desenvolvimento econômico em compreender a dinâmica das economias subdesenvolvidas. Nesse sentido, a introdução das dimensões da cultura e da criatividade nos estudos de Furtado, associada ao esforço de redefinição do escopo de suas análises anteriores, permite uma compreensão mais profunda do subdesenvolvimento (CUNHA e BRITTO, 2011, P. 6-7).

A reivindicação de Furtado a analista da dependência no início dos anos 1970, entendida no contexto de busca teórica do autor por novas perspectivas, culmina em estudos que incorporam novos elementos de análise no estudo do desenvolvimento e

subdesenvolvimento. Nesse sentido, a discussão de dependência cultural e a ênfase nos aspectos culturais do desenvolvimento e subdesenvolvimento constituem possibilidades para se repensar o desenvolvimento da América Latina.

3.3 Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto: uma análise das situações concretas de dependência

O livro *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, redigido entre 1966 e 1967, constituiu um marco teórico na análise da dependência. Escrito pelo brasileiro Fernando Henrique Cardoso e pelo chileno Enzo Faletto, intelectuais associados ao ILPES, o texto foi redigido originalmente sob a forma de um relatório interno dirigido a Raúl Prebisch (DIAS, 2012, p. 107).

Esse texto trazia uma interpretação sociológica do desenvolvimento de alguns países latino-americanos e, ao mesmo tempo, uma avaliação crítica das análises puramente econômicas do processo de desenvolvimento, como aquelas formuladas nos textos “clássicos” da Cepal. Contudo, ao defender a importância das classes, do arranjo de poder e das instituições internas à periferia na análise do desenvolvimento, os autores incorporaram a mudança social ao esquema centro-periferia da Cepal (DIAS, 2012, p. 107-108; FAJARDO, 2014, p. 27).

O enfoque da dependência desenvolvido por Cardoso e Faletto, embora incorpore críticas às interpretações do desenvolvimento latino-americano mais difundidas na época, “pode ser visto como uma prolongação de certas posturas preexistentes no estruturalismo latino-americano, que esse enfoque passa a constituir e a enriquecer” (RODRÍGUEZ, 2009, p. 278). Segundo Dias (2012, p. 108), longe de negar a importância do esquema analítico estruturalista, os autores tinham como objetivo incorporar ao modelo cepalino os componentes políticos e sociais do processo de desenvolvimento.

Cardoso e Faletto (1981 [1969]) argumentam que a investigação das conexões entre o sistema econômico e a organização sociopolítica das sociedades subdesenvolvidas é fundamental para uma interpretação global do desenvolvimento, que seja capaz de romper com as análises puramente econômicas. Nesse sentido, os autores defendem uma análise das situações concretas de dependência que atente para a rede de interesses e coações que ligam uns grupos sociais aos outros:

Por conseguinte, ao considerar a ‘situação de dependência’, na análise do desenvolvimento latino-americano, o que se pretende ressaltar é que o modo de integração das economias nacionais no mercado internacional supõe formas

definidas e distintas de inter-relação dos grupos sociais de cada país, entre si e com os grupos externos. Pois bem, quando se aceita a perspectiva de que os influxos do mercado, por si mesmos, não são suficientes para explicar a mudança nem para garantir sua continuidade ou sua direção, a atuação das forças, grupos e instituições sociais passa a ser decisiva para a análise do desenvolvimento. (CARDOSO e FALETTO; 1981 [1969], p. 30)

Essa análise parte da concepção de dependência como uma relação estrutural interno-externa, e não apenas de sua “expressão externa”. Os autores argumentam, nesse sentido, que o verdadeiro caráter da dependência aparece mediante o estabelecimento de um modo determinado de relações estruturais entre o interno e o externo, “um tipo específico de relação entre as classes e grupos que implica uma situação de domínio que mantém estruturalmente a vinculação econômica com o exterior” (CARDOSO e FALETTO, 1981 [1969], p. 31; RODRÍGUEZ, p. 268).

A fim de sustentar essa análise, os autores criticam a concepção a partir da qual se entende que os países em desenvolvimento estejam repetindo a história dos países capitalistas avançados. Pelo contrário, o tipo de vinculação das economias nacionais periféricas às distintas fases do processo capitalista engendra formas históricas distintas de dependência:

Em rápido esboço, poder-se-ia dizer que cada forma histórica de dependência produz um arranjo determinado entre as classes, não estático, mas de caráter dinâmico. A passagem de um pra outro modo de dependência, considerada sempre em uma perspectiva histórica, deve ter-se fundado em um sistema de relações entre classes e grupos gerados na situação anterior. (CARDOSO e FALETTO, 1981 [1969], p. 35)

Ao abordar as distintas formas históricas de dependência, os autores elaboraram uma metodologia de análise das situações concretas de dependência¹² que se valeu da periodização histórica cepalina. Nesse sentido, Cardoso e Faletto (1981 [1969]) descreveram a situação peculiar de dependência associada ao período de “expansão para fora”; ao período de consolidação do mercado interno e industrialização substitutiva; e ao período de internacionalização desse mercado interno.

Ao elaborar uma análise das situações concretas de dependência dos países latino-americanos, os autores elegem o conceito de dependência como instrumento teórico para evidenciar “tanto os aspectos econômicos do desenvolvimento quanto os processos políticos de dominação de uns países por outros, de umas classes sobre as outras, num contexto de dependência nacional” (CARDOSO e FALETTO, 1981 [1969], p. 139).

Considerando a abordagem da dependência dos demais autores estudados neste capítulo, e especialmente para fins de comparação entre as teorias, vale ressaltar aqui o

¹² A caracterização dessa metodologia de análise das situações concretas de dependência, bem com o debate em torno de suas raízes, será explicitada no capítulo seguinte.

processo de internacionalização do mercado interno dos países periféricos, atentando para o novo caráter assumido pela dependência. As crises do populismo e da organização política dos grupos dominantes, materializadas no esgotamento da aliança desenvolvimentista, compõem o cenário dos anos 1960 na periferia do capitalismo. Nesse contexto observa-se tanto uma reorientação dos interesses internos quanto uma redefinição da vinculação centro-periferia, i.e., observam-se esforços no sentido de ordenar o sistema político e social sobre novas bases que expressem a vinculação entre setor produtivo orientado para o mercado interno e as economias externas dominantes (CARDOSO e FALETTO, 1981 [1969], p. 114-124).

Com a quebra da aliança desenvolvimentista opta-se por uma pauta de desenvolvimento assentada em crescentes investimentos estrangeiros no setor industrial, especialmente na forma de investimento direto externo para o setor manufatureiro. Sob o domínio do capital monopolista, a dependência assume um significado distinto daquele característico às fases anteriores.

Enquanto as decisões de investimento dependem, ainda que parcialmente, do exterior, o consumo da produção é interno à economia industrial dependente, justificando o reinvestimento local. A internacionalização do mercado interno nas economias periféricas garante um elevado grau de diversificação, uma saída relativamente pequena de excedentes (reinvestimentos locais no setor de bens de capital), uma distribuição relativamente mais equilibrada da renda no setor urbano-industrial e, como consequência, um mercado interno capaz de absorver a produção.

Essa situação, contudo, continua engendrando heteronomia e desenvolvimento parcial, ainda que a vinculação entre a economia nacional e os centros dinâmicos das economias centrais se estabeleça no próprio mercado interno dos países periféricos:

Entretanto, em dois sentidos mantêm-se as características de heteronomia: o desenvolvimento do setor industrial continua dependendo da “capacidade de importação” de bens de capital e de matérias-primas complementares para o novo tipo de diferenciação do sistema produtivo (o que conduz a laços estreitos de dependência financeira), e ademais essa forma de desenvolvimento supõe a internacionalização das condições do mercado interno. (CARDOSO e FALETTO, 1981 [1969], p. 127-128)

Dessa forma, inserem-se no sistema econômico mundial países periféricos, industrializados e dependentes. Os mecanismos de controle da economia nacional, nesse novo tipo de desenvolvimento, escapam parcialmente do âmbito interno na medida em que a unificação dos sistemas produtivos num contexto de integração transnacional leva à padronização dos mercados e seu ordenamento supranacional. No modelo de

desenvolvimento pautado na internacionalização do mercado interno articulam-se economia do setor público, empresas monopolistas internacionais e o setor moderno da economia internacional, ao mesmo tempo em que são marginalizadas as massas da população e os setores industriais tradicionais. O Estado, por sua vez, passa de populista a empresarial (CARDOSO e FALETTO, 1981 [1969], p. 130-132).

Fernando Henrique Cardoso, em estudos posteriores, argumentou que o novo caráter da dependência não colide com o desenvolvimento capitalista das economias periféricas. Considerando que desenvolvimento ou acumulação capitalista constitui um fenômeno contraditório, espoliativo e gerador de desigualdades, o autor sugere a existência de um processo simultâneo de dependência e de desenvolvimento capitalista. Esse desenvolvimento dependente e associado tem como tripé de sustentação as empresas estatais, as corporações multinacionais e as empresas locais associadas a ambas (CARDOSO, 1973, p. 57-58).

Dependência e desenvolvimento, para Cardoso (1973, p. 63), constituem processos contraditórios e correlatos, “que se reproduzem, modificam-se e se ampliam incessantemente, sempre e quando inexistam processos políticos que lhes deem fim”. Dessa forma, o entendimento das dimensões do desenvolvimento dependente e associado requer uma análise histórica e que considere os elementos sociais, políticos e institucionais das economias periféricas.

Em outro texto, o autor menciona a importância de uma análise histórica e não economicista no estudo das situações concretas de dependência. Cardoso (1971, p. 27) afirma que em seus trabalhos há uma dupla intenção crítica: por um lado, são criticadas as “análises do desenvolvimento que abstraem os condicionantes sociais e políticos do processo econômico”, i.e., as análises puramente economicistas do processo de desenvolvimento, as concepções funcionalistas (teorias da modernização) e evolucionistas (baseadas em etapas) do desenvolvimento; por outro lado, o autor aponta que “a análise estrutural dos processos de formação do sistema capitalista só tem sentido quando referida historicamente”.

Esse esforço crítico empreendido pelo autor se reflete em duas importantes proposições teóricas que foram exploradas nos parágrafos anteriores. Em relação ao primeiro conjunto de críticas, tem-se que o desenvolvimento que ocorre na periferia latino-americana é capitalista, não podendo ser dissociado do processo de expansão do sistema capitalista internacional e das condições políticas em que opera esse sistema. Em relação à segunda crítica, tem-se que as estruturas condicionantes do sistema econômico resultam de uma relação de forças entre classes sociais que se enfrentam de forma específica em função de

modos determinados de produção. Nesse sentido, a dupla intenção crítica culmina na defesa de um modelo de análise que tome os processos sociais em um nível concreto.

4 O ENFOQUE DA DEPENDÊNCIA COMO REFORMULAÇÃO DA CEPAL

A discussão que permeia este trabalho parte da concepção que alguns autores da “teoria da dependência” têm por objetivo reformular as teses cepalinas a partir de uma análise crítica aos obstáculos do desenvolvimento nacional, em um contexto de crise da industrialização por substituição de importações. Essa reformulação não se pauta apenas na incorporação de elementos novos às análises desenvolvidas na Cepal, mas vai além da abordagem anterior a partir de diferentes perspectivas. A partir das obras de Osvaldo Sunkel, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, o presente capítulo tem por objetivo entender em que medida o conceito de dependência elaborado por esses autores contribuíram para se repensar o desenvolvimento na periferia do capitalismo.

Em primeiro lugar, vale ressaltar que Furtado e Sunkel mantiveram vínculo com a Cepal na década de 1950, enquanto Cardoso e Faletto estiveram ligados ao ILPES especialmente nos anos 1960. Embora não seja óbvia a presença de Cardoso e Faletto no escopo dos autores que partiram da autocrítica das proposições cepalinas para o estudo da dependência, vale lembrar que *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, um dos maiores tratados sobre o tema, foi redigido originalmente no ILPES sob a forma de um relatório interno dirigido a Raúl Prebisch.

Desde o final dos anos 1950, como salienta Furtado (1997, p. 61-62), “a Cepal se encontrava em fase aguda de autocrítica”. Embora as ideias elaboradas em sua grande fase criativa (1949-1954) continuassem válidas, essas abordagens eram claramente insuficientes para explicar a “perda de dinamismo” das economias latino-americanas no período. Nesse sentido, uma questão primordial na reflexão sobre as dificuldades dos países latino-americanos em avançar no processo de industrialização seria a forma de inserção internacional dessas economias:

A crítica realizada na Cepal aos projetos apoiados exclusivamente no mercado interno, ou melhor, a tomada de consciência de que a industrialização na América Latina tropeçava em dificuldades devido à estreiteza dos mercados nacionais, levou Prebisch à convicção de que à frente da luta devia ser ampliada. Não bastava criticar a divisão internacional do trabalho em sua forma tradicional; não menos importante era demonstrar a necessidade de novas formas de inserção externa, pois o dinamismo gerado pelo mercado interno tendia a esgotar-se, sempre que o processo de fechamento das economias nacionais alcançasse limites que já estavam à vista. (FURTADO, 1997, p. 64-65)

Convencido que as relações comerciais internacionais existentes bloqueavam a expansão das economias periféricas, Prebisch ocupou-se da luta para a reconstrução dessas relações no âmbito das Nações Unidas. Enquanto isso, em meados dos anos 1960, Furtado propôs no ILPES a organização de um seminário para a releitura crítica dos textos clássicos da Cepal. Nesse seminário, um grupo de economistas e sociólogos reuniu-se para debater a problemática do desenvolvimento e subdesenvolvimento “a partir de uma série de textos teóricos produzidos na própria América Latina, compaginando-os com a experiência vivida”. Além de Furtado, que contribuiu para a redação desses textos clássicos, intelectuais como Fernando Henrique Cardoso e Osvaldo Sunkel, “que vinham da geração que se incorporara à Cepal a partir da metade dos anos 1950”, participaram do seminário (FURTADO, 1997, p. 65-66).

Esse processo de releitura crítica das teorias cepalinas clássicas foi permeado, como mencionado anteriormente, também pela incorporação da dependência como categoria analítica central no estudo do subdesenvolvimento e desenvolvimento latino-americano. Nesse sentido, evidencia-se a preocupação dos autores “reformistas” da teoria da dependência em trazer novas perspectivas para as discussões formuladas na “grande fase criativa” da Cepal. Esses autores partem de uma postura crítica em relação ao desenvolvimento em curso na América Latina, especialmente em relação às consequências do processo de industrialização por substituição de importações. Assim, é imprescindível retornar aos textos abordados no capítulo anterior para entender em que medida essa crítica ao desenvolvimento em curso leva a inovações teóricas e metodológicas que permitem recolocar o problema do subdesenvolvimento em termos da dependência.

4.1 Recolocação da problemática do desenvolvimento e subdesenvolvimento em termos da dependência

Nos textos apresentados no capítulo anterior, de forma mais ou menos explícita, observa-se uma crítica à ideia que a industrialização substitutiva de importações seria condição suficiente para garantir o desenvolvimento dos países latino-americanos. Em todos esses textos está presente a constatação que o avanço do processo de industrialização aconteceu mediante aumento da dependência, não sendo suficiente para mitigar a pobreza, o subemprego, a marginalização, dentre outros problemas sociais. Partindo dessa crítica, os autores recolocam o estudo do desenvolvimento e subdesenvolvimento em termos da dependência, incorporando essa categoria analítica como ponto central da argumentação.

Sunkel parte da crítica à industrialização por substituição de importações para entender o processo mais amplo de integração transnacional e desintegração nacional. A industrialização dos países latino-americanos, nesse sentido, constitui um processo interno condicionado externamente. Na medida em que a composição e natureza da estrutura produtiva adotada foram orientadas por condições externas, o avanço do processo de substituição de importações se deu mediante aumento da dependência externa. Nesse sentido, a dependência constitui um fenômeno que relaciona a evolução do sistema capitalista internacional no pós-guerra com a natureza desigual dos processos locais de desenvolvimento (SUNKEL, 2000[1970], p. 231-232; SUNKEL, 1972, P. 519).

Ao considerar o sistema capitalista como um todo, do qual as economias nacionais constituem subsistemas, Sunkel (2000 [1970], p. 527-528) argumenta que a “estrutura global do sistema” é integrada pela articulação entre os elementos estruturais internos e externos ao sistema socioeconômico periférico. No entanto, a hipótese que orienta seu estudo acerca da dependência é o papel central que as vinculações externas, i.e., a vinculação dos países no sistema capitalista internacional, desempenham nos processos internos que estruturam e transformam as economias periféricas. Nesse sentido, o sistema econômico internacional deve ser entendido como um sistema de dominação/dependência que têm perpetuado o desenvolvimento de alguns países e o subdesenvolvimento de outros.

No sistema de dominação neomercantilista, no qual os conglomerados transnacionais constituem uma nova e poderosa instituição, favorece o desenvolvimento dos segmentos nacionais internacionalizados. Na periferia, a penetração das empresas transnacionais favorece o subdesenvolvimento cultural, social, político e econômico, afetando particularmente os grupos sociais marginalizados. Nesse contexto, emerge uma crise do Estado nacional na América Latina, refletida na desintegração das classes sociais genuinamente nacionais (SUNKEL, 2000[1970], p. 551-564; SUNKEL, 1972, 524-529).

Nesse sentido, os textos de Sunkel analisados no capítulo anterior evidenciam a prioridade dada à forma de inserção externa das economias periféricas para explicar as estruturas internas à periferia. Assim, a perpetuação do desenvolvimento de uns países e o subdesenvolvimento de outros tem relação com a evolução do sistema capitalista internacional, entendido como um sistema de dominação/dependência.

O enfoque da dependência elaborado nos textos Furtado aqui analisados também prioriza os fatores externos às economias latino-americanas. Ao reivindicar a recolocação do estudo do subdesenvolvimento na temática da dependência, o autor argumenta que o

desenvolvimento dos subsistemas dependentes estaria sustentado na importação dos padrões tecnológicos e nos padrões de consumo dos subsistemas dominantes.

A imitação dos padrões de comportamento provenientes do centro possibilita a “modernização do consumo” em benefício de uma minoria; a saber, em benefício dos grupos de renda mais alta dos países latino-americanos. Esse cenário é resultado do funcionamento da totalidade do sistema capitalista, no qual a assimilação do progresso tecnológico na periferia serve muito mais para “modernizar” os hábitos de consumo que para transformar a estrutura produtiva (i.e., aumentar a dotação de capital por pessoa ocupada). Assim, os setores mais dinâmicos das economias periféricas são aqueles relacionados ao segmento modernizado do consumo, nos quais a acumulação de capital faz-se em benefício dos grupos estrangeiros que controlam a tecnologia. Dessa forma, o dinamismo do segmento modernizado do consumo, fruto da dependência cultural em relação ao centro, “projeta a dependência no plano tecnológico e a inscreve na estrutura produtiva” da periferia (FURTADO, 1971, p. 342; FURTADO, 1972, 11-12; FURTADO, 1997, p. 17-18).

Os novos produtos e o complexo de inovações tecnológicas desenvolvidos nos países capitalistas avançados operam no sentido de preservar as relações de dominação e dependência no âmbito do sistema econômico internacional. Como a industrialização latino-americana nasceu para substituir importações e, em seguida, passou a reproduzir o fluxo de novos produtos produzidos do centro, houve um processo de consolidação de novas formas de dependência. Essas novas formas de dependência têm relação tanto com a constituição dos mercados internacionais quanto com a difusão do progresso tecnológico e do poder financeiro exercido pelas multinacionais. Assim, a dependência transforma-se em uma condição quase necessária para a eficiência da industrialização nos países latino-americanos. As multinacionais, por sua vez, constituem o principal instrumento para estreitar esses laços de dependência (FURTADO, 1972, p. 14-15).

Tendo em vista os textos analisados neste trabalho depreende-se, então, que as interpretações do processo de desenvolvimento em curso na América Latina elaboradas por Sunkel e Furtado têm enfoque no fenômeno da dependência externa. Cardoso e Faletto (1981 [1969], p. 30), entretanto, argumentam que o verdadeiro caráter da dependência aparece a partir de um modo específico de relações estruturais entre o interno e o externo. O subdesenvolvimento nacional e a situação de dependência associada a esse quadro estão relacionados tanto ao grau de subordinação ao exterior quanto às possibilidades de orientação interna do comportamento social, político e econômico em função dos interesses nacionais:

Embora Osvaldo Sunkel, o estruturalista chileno convertido a analista da dependência, falasse do sistema capitalista internacional como “uma influência determinante sobre os processos locais” e “interno” à estrutura da periferia, Cardoso e Faletto preferiam falar de dois subsistemas, o interno e o externo, ressaltando o fato de que o sistema capitalista internacional não era o único fator determinante. Havia, nesse sistema, uma complexa dinâmica interna, afirmava eles. (LOVE, 1998, p. 444)

Para Cardoso e Faletto (1981 [1969], p. 31) o desenvolvimento tanto é condicionado por limites dados pelas estruturas externas de dominação quanto é mediado pela autonomia relativa do interno em relação ao externo, i.e., pelo grau de interpenetração das estruturas de dominação nos sistemas produtivos nacionais. A eventual possibilidade de superação dos vínculos de dependência, contudo, estaria sujeita ao jogo de forças dos grupos atuantes no interior do sistema econômico e social de cada país periférico.

Dessa forma, os autores elegem o conceito de dependência como instrumento teórico para entender tanto os aspectos econômicos do desenvolvimento quanto os processos políticos de dominação (no âmbito internacional ou no interior das sociedades periféricas). Nesse sentido, as crises do populismo e da organização política dos grupos dominantes, materializadas no esgotamento da aliança desenvolvimentista, constituem questões centrais para explicar o fracasso das tentativas de desenvolvimento genuinamente nacional, pautadas na industrialização substitutiva.

Com a quebra da aliança desenvolvimentista, concretizam-se esforços no sentido de ordenar o sistema político e social sobre novas bases que expressem a vinculação entre o setor produtivo voltado para o mercado interno e as economias externas dominantes. Nesse contexto de internacionalização do mercado interno, a vinculação entre a economia internacional e os centros dinâmicos das economias centrais se dá no interior dos países periféricos. Essas novas relações políticas e econômicas continuam engendrando heteronomia e desenvolvimento parcial; assim, inserem-se no sistema econômico mundial países periféricos, industrializados e dependentes (CARDOSO E FALETTO, 1981 [1969], p. 114-132).

Para Rodríguez (2009, p. 261-262), a abordagem de Cardoso e Faletto é “base para um conceito *sui generis* de dependência”, entendida como relação estrutural interno-externa, e abre caminho para uma abordagem não determinista que permite considerar diferentes graus de autonomia ou heteronomia em relação aos interesses estrangeiros, bem como “padrões de desenvolvimento muito diferenciados, inclusive no que concerne aos seus fundamentos econômico-sociais e políticos institucionais”. Palma (1978, p. 910), ao reivindicar o maior sucesso da análise das situações concretas da dependência em relação às demais abordagens

da dependência, argumenta que os autores entenderam a dinâmica das sociedades dependentes como a união dialética entre fatores externos e internos.

Nesse sentido, o estudo de Cardoso e Faletto apresenta uma perspectiva menos economicista e determinista do desenvolvimento que procura, através da discussão sobre dependência, incorporar à análise elementos sociais e políticos. Em textos posteriores, Cardoso (1971) apresenta as intenções críticas de seus estudos sobre a dependência, em especial em relação à Cepal. Assim, cabe o questionamento se a abordagem teórica e metodológica desenvolvida em *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* rompe com as análises cepalinas e, em que medida, vai além da análise estruturalista a partir de novas perspectivas.

Ademais, vale estender o questionamento para os textos de Sunkel e Furtado, atentando para as novas perspectivas adotadas pelos autores em relação às teorias clássicas da Cepal. Dessa forma, a seção seguinte mencionará algumas questões teóricas e metodológicas a fim de entender em que medida as análises aqui privilegiadas vão além das abordagens cepalinas clássicas e permitem repensar a temática do desenvolvimento na periferia do capitalismo.

4.2 Para além da reformulação?

Nos parágrafos seguintes serão discutidos alguns aspectos teóricos e metodológicos dos estudos de Cardoso e Faletto (1981 [1969]) que permitem situar o debate acerca dos avanços dessa abordagem em relação às propostas do estruturalismo clássico da Cepal. Por fim, as abordagens de Sunkel e Furtado também serão retomadas a fim de mencionar as potencialidades da recolocação da temática do desenvolvimento e subdesenvolvimento sob a perspectiva da dependência para o estudo das sociedades latino-americanas.

O enfoque da dependência formulado por Cardoso e Faletto (1981 [1969]) parte de uma análise crítica das abordagens economicistas do desenvolvimento, atribuídas ao estruturalismo cepalino dos anos 1950¹³. Segundo Dias (2012, p. 140), embora esses autores reconhecessem os avanços teóricos e metodológicos da escola estruturalista cepalina, “em especial o enfoque centro-periferia e a historicização do subdesenvolvimento, consideravam que ela havia deixado de fora uma importante dimensão analítica: a esfera política”.

No entanto, Dias (2012, p. 155-159) questiona se a corrente de pensamento encampada por Cardoso e Faletto teria sido capaz de “aprender com os erros e inconsistências

¹³ A partir dos anos 1970, as críticas de Fernando Henrique Cardoso se voltariam para a versão “radical” ou “marxista” da dependência e, em especial, a Rui Mauro Marini.

das análises cepalinas e, superando-os, contribuir para a efetiva construção de uma ‘teoria sobre o desenvolvimento capitalista em países periféricos’. O autor, embora reconheça os avanços dessa abordagem da dependência, coloca que é difícil argumentar que ela tenha representado um “salto qualitativo em relação aos estudos da Cepal”.

Dentre os avanços da abordagem formulada por Cardoso e Faletto (1981 [1969]) figura a definição de um enfoque metodológico mais abrangente. Nas palavras de Dias (2012, p. 157), a metodologia de análise das situações concretas de dependência empreendida por esses autores combinava a dialética marxista com o método histórico-estrutural, a fim de realizar uma análise integrada do subdesenvolvimento latino-americano. Nesse sentido, a caracterização da dependência como fenômeno histórico-estrutural singular e indissociável da dinâmica do capitalismo em âmbito internacional era combinada com o entendimento da dependência a partir de uma relação dialética entre os fatores internos e específicos e os condicionantes gerais e externos.

No entanto, Boianovsky (2014) argumenta que a análise histórico-estrutural defendida por Cardoso e Faletto (1981 [1969]) não é a mesma empreendida por Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil*, livro de 1959. O método histórico-estrutural, no caso do estudo da dependência de Cardoso e Faletto, é introduzido como um elemento de crítica ao estruturalismo cepalino dos anos 1950 – considerado essencialmente a-histórico e desprovido de uma análise do processo social. Nesse sentido, o método histórico-estrutural constituía uma crítica ao estruturalismo economicista da Cepal em detrimento de uma abordagem dialética.

Dias (2012, p. 157) ressalta que, embora a amplitude metodológica proposta por Cardoso e Faletto tenha sido vista por alguns intérpretes como uma deficiência, como holismo substantivo e metodológico, “não se pode diminuir a importância que muitas de suas proposições tiveram para uma melhor caracterização sobre o processo de subdesenvolvimento latino-americano”. Nas palavras de Mantega (1997, p. 45), a principal contribuição do enfoque da dependência desenvolvido por esses dois autores consiste justamente na definição da metodologia para uma análise histórica e dialética do processo de desenvolvimento e subdesenvolvimento, avançando “em alguns aspectos de uma teoria do desenvolvimento para países da periferia capitalista, o que já foi uma contribuição decisiva para o amadurecimento das ciências sociais latino-americanas”.

Entretanto, um dos empecilhos para que Cardoso e Faletto aplicassem de forma satisfatória seu instrumental metodológico consiste no fato dos autores terem reaproveitado e se limitado à periodização histórica cepalina – crescimento para fora, industrialização substitutiva, internacionalização do mercado interno:

Um dos primeiros autores a apontar essa deficiência da teoria da dependência foi João Manuel Cardoso de Mello. Segundo ele, a explicação cepalina para a passagem de uma etapa a outra, aceita por Cardoso, impediu que ele enxergasse a especificidade desse capitalismo. Mesmo tendo privilegiado os fatores internos e a estrutura de dominação para explicar a dinâmica social latino-americana, a teoria da dependência continuou dando grande importância aos fatores externos para viabilizar o capitalismo periférico. Segundo essa ótica, o capitalismo periférico depende, para sua implantação, da vontade ou dos interesses do capital externo, sem os quais a industrialização não prosseguiria. (MANTEGA, 1997, p. 45-46)

Nesse sentido, vale retomar o questionamento se o enfoque da dependência elaborado por Cardoso e Faletto (1981 [1969]) rompe com as análises cepalinas e, em que medida, vai além da análise estruturalista a partir de novas perspectivas. Rodríguez (2009, p. 268) argumenta que esse enfoque da dependência parte de uma consideração metodológica geral a respeito “das interpretações acerca do desenvolvimento latino-americano mais difundidas na época, tanto econômica quanto sociológicas”. Dessa forma, não se trata de uma redefinição do conteúdo estruturalista básico nem da definição de um conteúdo novo. Kay (1989, p. 135), por sua vez, argumenta que Cardoso e Faletto, ao transplantar a periodização histórica cepalina para as diferentes situações de dependência, casaram o estruturalismo da Cepal com uma análise da dependência. Nesse sentido, os autores teriam incorporado à análise econômica cepalina aspectos políticos e sociais.

Em relação às novas perspectivas, Cardoso (1973) refina uma ideia já presente no estudo desenvolvido com Faletto: a existência de um processo simultâneo de dependência e desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, dependência e desenvolvimento não seriam contraditórios, como propunha a vertente radical da dependência e, em alguma medida, as teses estagnacionistas elaboradas no âmbito da Cepal. A elaboração da ideia de desenvolvimento dependente e associado, nas palavras de Dias (2012, p. 156), foi explorada e aprofundada em pesquisas posteriores no âmbito da Escola de Campinas, do Cebrap, da própria Cepal e de outras instituições.

Em um período que se generalizava a percepção de um “impasse” em relação ao desenvolvimento dos países latino-americanos, Cardoso e Faletto atentaram para a possibilidade de um avanço no desenvolvimento dependente e associado que teria como tripé de sustentação as empresas estatais, as corporações multinacionais e as empresas locais associadas a ambas. Embora tenha limites, conforme sublinhado nos parágrafos anteriores, essa abordagem da dependência contribuiu substancialmente para o florescimento de críticas em relação às teorias do desenvolvimento elaboradas na América Latina, fomentando o debate acerca da dependência nas próximas décadas.

Um aspecto importante destacado por Love (1998, p. 461) consiste na tese da “relativa ou absoluta inviabilidade da burguesia nacional” que permeou as abordagens marxistas da dependência. Essa tese defendida pelos autores da vertente “radical” da dependência, que seria incompatível com o estruturalismo de Prebisch, também foi em alguma medida encampada pelos autores reformistas aqui mencionados. Cardoso e Faletto (1981 [1969]), ao abordar a associação entre os grupos empresariais locais e os interesses externos num contexto de internacionalização do mercado interno, sugerem a inviabilidade de uma classe burguesa nacional. Sunkel (2000 [1970]) argumenta que a integração transnacional leva a desintegração das classes genuinamente nacionais, afirmando que nesse contexto não se pode falar de um empresariado nacional. Furtado (1970; 1972) ao ressaltar a natureza consumista das economias subdesenvolvidas, especialmente em relação à importação de padrões de consumo em benefício da elite, também corrobora com a inviabilidade de uma burguesia genuinamente nacional no contexto de dependência externa.

Partindo da constatação de Love (1998, p. 461) que a inviabilidade de uma classe burguesa nacional seria incompatível com o estruturalismo dos textos clássicos de Prebisch, os autores analisados nesse trabalho rompem com a abordagem clássica da Cepal. Também em relação à ideia de industrialização como condição necessária para a superação do subdesenvolvimento e da pobreza, presente nos textos clássicos da Cepal, observa-se um rompimento com a abordagem cepalina anterior. Embora as abordagens priorizem diferentes elementos, como mencionado na seção anterior, Sunkel, Furtado, Cardoso e Faletto argumentam que o avanço do processo de industrialização por substituição de importação deu novos contornos à dependência, especialmente diante da internacionalização do mercado interno e integração transnacional.

Nesse sentido, as abordagens “reformistas” da dependência conseguiram ir além da formulação clássica cepalina, incorporando elementos que passaram a constar na agenda de pesquisa sobre o desenvolvimento dos países latino-americanos nas décadas seguintes. O próprio tema da dependência passou a ser amplamente debatido nas discussões sobre desenvolvimento, dentro ou fora do âmbito da Cepal¹⁴. O tema da marginalização, abordado por Sunkel, também ganhou muita relevância nos estudos acadêmicos a partir dos anos 1970. A metodologia de análise apoiada na histórica e na dialética, defendida por Cardoso e Faletto, contribuiu decisivamente para o amadurecimento das ciências sociais na América Latina. A

¹⁴ Uma discussão sobre os escritos posteriores que emergiram a partir da incorporação desses novos elementos ou de uma análise crítica da “dependência” ver Mantega (1997).

abordagem da dependência elaborada por Furtado no início dos anos 1970, por sua vez, engendrou em discussões acerca da dimensão cultural do desenvolvimento.

Assim, o movimento teórico com enfoque na dependência apresentado nos capítulos anteriores, para além de uma reformulação das proposições clássicas da Cepal, apresentou possibilidades para se repensar o processo de desenvolvimento em curso na América Latina. Os debates em torno na dependência que ganharam fôlego ao longo da década de 1970 contribuíram para a incorporação de elementos antes negligenciados no estudo do desenvolvimento, muitos dos quais estão presentes nos estudos aqui analisados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tomada de consciência em relação às consequências do processo de industrialização substitutiva nos países latino-americanos, em especial a partir do início dos anos 1960, culmina em um movimento de reflexão teórica sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento na periferia do capitalismo. O receituário de política econômica elaborado no âmbito da Cepal, no qual a industrialização constituía condição necessária para a superação do subdesenvolvimento e da pobreza, passou a ser amplamente criticado na época. As proposições teóricas cepalinas, nesse sentido, passaram a ser questionadas por setores de intelectuais à direita e à esquerda.

No momento em que se constatou que o desenvolvimento capitalista na América Latina havia adquirido um caráter diferente do esperado, parte dos membros da Cepal iniciou um processo de reformulação do pensamento clássico da instituição. A incorporação da dependência como categoria analítica central nas abordagens de Sunkel, Furtado, Cardoso e Faletto acerca do desenvolvimento e subdesenvolvimento permeou esse processo de reformulação do pensamento clássico cepalino.

Dos textos de Osvaldo Sunkel e Celso Furtado apresentados neste trabalho depreende-se que os autores priorizam a forma de inserção das economias periféricas no sistema capitalista internacional para explicar a determinação das estruturas internas à periferia. Nesse sentido, suas interpretações acerca do desenvolvimento latino-americano tem enfoque no fenômeno da dependência externa. Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, por outro lado, caracterizam a dependência como um fenômeno histórico-estrutural singular e indissociável da dinâmica do capitalismo internacional, mas argumentam que seu verdadeiro caráter aparece quando se levam em conta o modo específico de relações estruturais entre o interno e o externo.

Ao questionar em que medida as abordagens da dependência surgidas no âmbito da reformulação da Cepal apenas incorporam novos elementos às proposições clássicas da instituição, analisam-se alguns elementos que rompem com o enfoque estruturalista dos anos 1950. Os autores aqui analisados corroboram, em menor ou maior grau, com a tese da inviabilidade de uma classe burguesa genuinamente nacional; tese essa incompatível com o estruturalismo dos textos clássicos de Prebisch. Também em relação à ideia de industrialização como condição suficiente para a superação do subdesenvolvimento e da pobreza observa-se um rompimento com a abordagem cepalina anterior.

Dessa forma, as abordagens “reformistas” da dependência conseguiram ir além da formulação clássica cepalina, incorporando elementos que passaram a constar na agenda de pesquisa sobre o desenvolvimento dos países latino-americanos nas décadas seguintes. Embora os desdobramentos dos estudos da dependência em termos de novas teorias não tenham sido pormenorizados, pode-se argumentar que a re colocação do estudo do desenvolvimento e subdesenvolvimento em termos da dependência contribuiu para o melhor entendimento da sociedade latino-americana naquele contexto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNDT, H.W. The origins of structuralism. *World Development*, vol. 13, no. 2, pp. 151-159, 1985.

BIELSCHOWSKY, R. Introdução. In: _____. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento da Cepal*, vol. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 15-68.

BOIANOVSKY, M. Between Lévi-Strauss and Braudel: Furtado and the historical-structural method in Latin American political economy. *Journal of Economic Methodology*, vol. 22, p.1-42, 2014.

CARDOSO, F.H. “Teoria da dependência” ou análises concretas de situações de dependência? *Estudos Cebrap*, vol. 1, p. 27-45, 1971.

_____. Notas sobre o estado atual dos estudos sobre dependência. *Caderno Cebrap*, nº 11, 1973.

_____. [1977] *As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petropolis: Vozes: CEBRAP, 1980.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. [1969] *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

COUTINHO, M. Furtado e seus críticos: da estagnação à retomada do crescimento econômico. In: *Proceedings of 5th Latin American Conference of the History of Economic Thought – ESHET Chile 2015*. Santiago de Chile: Universidade Adolfo Ibañez, 2015.

CUNHA, Alexandre Mendes; BRITTO, Gustavo. *When development meets culture: The contribution of Celso Furtado in the 1970s*. Cedeplar, UFMG, 2011. (texto para discussão nº 429)

DIAS, M.F. *Do estruturalismo da Cepal à teoria da dependência: continuidades e rupturas no estudo do desenvolvimento periférico*. 2012. 196 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FAJARDO, M. Making “Dependency and development in Latin America”: intellectuals and the art of reflexivity, 1962-1971. In: *Proceedings of 4th Latin American Conference of the History of Economic Thought – ESHET Brazil 2014*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

FURTADO. C. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. Dependencia externa y teoría econômica. *El Trimestre Económico*, vol. 38 (2), no. 150, pp. 335-349, 1971.

_____. *Análise do “modelo” brasileiro*, 1972. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

_____. *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. *Obra autobiográfica de Celso Furtado*, vol. 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KAY, C. *Development and underdevelopment: Latin American theories of development and underdevelopment*. Londres: Routledge, 1989.

_____. Teorias latinoamericanas del desarrollo. *Nueva Sociedad*, nº 113, p. 101-113, 1991.

LOVE, J. L. *Construção do terceiro mundo: teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MALLORQUIN. C. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

MANTEGA, G. *A economia política brasileira*. São Paulo: Livraria e Editora Polis, 1984.

_____. *Teoria da Dependência revisitada: um balanço crítico*. EAESP/FGV/NPP – Núcleo de Pesquisa e Publicações. Relatório de Pesquisa nº 27/1997.

PALMA, G. Dependency: A formal theory of underdevelopment or a methodology for the analysis of concrete situations of underdevelopment? *World Development*, vol. 6, pp. 881-924, 1978.

PINTO, A. [1970] Natureza e implicações da “heterogeneidade estrutural” da América Latina. In: BIELSCHOWSKY, R (Org.). *Cinquenta anos de pensamento da Cepal*, vol. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RODRIGUEZ, O. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SUNKEL, O. [1970] Desenvolvimento, subdesenvolvimento, marginalização e desigualdades espaciais: por um enfoque totalizante. In: BIELSCHOWSKY, R (Org.). *Cinquenta anos de pensamento da Cepal*, vol. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. Big business and “dependencia”: a Latin American view. *Foreign Affairs*, vol. 24, no. 1, pp. 517-531, 1972

TAVARES; M. C.; SERRA, J. [1971] Além da estagnação. In: TAVARES, M.C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.